



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CE
CURSO DE PEDAGOGIA - ÁREA DE APROFUNDAMENTO EM
EDUCAÇÃO DO CAMPO

GITTANA PESSOA DE OLIVEIRA

**AÇÕES EDUCATIVAS DO CENTRO RURAL DE FORMAÇÃO: UMA
CONTRIBUIÇÃO NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO PARA A
FORMAÇÃO CIDADÃ DE CRIANÇAS E JOVENS NA ZONA RURAL DE CRUZ DO
ESPÍRITO SANTO**

JOÃO PESSOA

2017

GITTANA PESSOA DE OLIVEIRA

**AÇÕES EDUCATIVAS DO CENTRO RURAL DE FORMAÇÃO: UMA
CONTRIBUIÇÃO NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO PARA A
FORMAÇÃO CIDADÃ DE CRIANÇAS E JOVENS NA ZONA RURAL DE CRUZ DO
ESPÍRITO SANTO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência para a obtenção do título de licenciatura em Pedagogia, com área de aprofundamento em Educação do Campo, ministrado pela Universidade Federal da Paraíba UFPB Campus de João Pessoa, sob orientação da Prof^a. Dr^a Maria do Socorro Xavier Batista.

JOÃO PESSOA

2017

O48a Oliveira, Gittana Pessoa de.

Ações educativas do Centro Rural de Formação: uma contribuição na perspectiva da educação do campo para a formação cidadã de crianças e jovens na zona rural de Cruz do Espírito Santo / Gittana Pessoa de Oliveira. – João Pessoa: UFPB, 2017.

76f. : il.

Orientadora: Maria do Socorro Xavier Batista

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Pedagogia – Educação do Campo) – Universidade Federal da Paraíba/Centro de Educação

1. Ações educativas. 2. Educação do campo. 3. Formação cidadã.
I. Título.

UFPB/CE/BS

CDU: 37.017.4(043.2)

GITTANA PESSOA DE OLIVEIRA

**AÇÕES EDUCATIVAS DO CENTRO RURAL DE FORMAÇÃO: UMA
CONTRIBUIÇÃO NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO PARA A
FORMAÇÃO CIDADÃ DE CRIANÇAS E JOVENS NA ZONA RURAL DE CRUZ DO
ESPÍRITO SANTO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência para a obtenção do título de licenciatura em Pedagogia, com área de aprofundamento em Educação do Campo, ministrado pela Universidade Federal da Paraíba UFPB Campus de João Pessoa, sob orientação da Prof^ª. Dr^ª Maria do Socorro Xavier Batista.

Aprovado em: 17/ 11 / 2017.

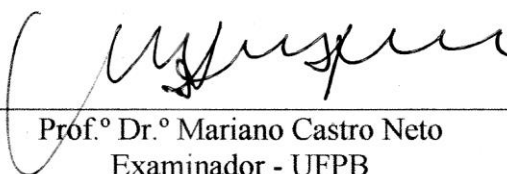
Banca examinadora



Prof.^ª Dr.^ª Maria do Socorro Xavier Batista.
Orientadora - UFPB



Prof.º Mstº Luciano de Sousa Silva
Examinador- UFPB



Prof.º Dr.º Mariano Castro Neto
Examinador - UFPB

Dedico este trabalho às minhas eternas e queridas mãe e irmã, Maria Luíza Pessoa de Oliveira e Germana Pessoa de Oliveira (em memória) pelo amor e cuidado que sempre tiveram comigo, vivenciados até os meus 19 anos. Para mim, meu tudo, mulheres inesquecíveis!

Ninguém caminha sem aprender a caminhar,
sem aprender a fazer o caminho caminhado,
refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs
a caminhar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, um Deus de luz e de amor presente em minha vida.

Agradeço a todos os professores e colegas de turma, pelos momentos de saberes partilhados que foram construídos ao longo do curso de Pedagogia – Educação do Campo.

Agradeço à minha família e aos amigos, em especial a meu amigo Edson Wagner por tudo que tens feito por mim e pelas boas vibrações durante toda a graduação.

A todos os entrevistados e demais profissionais da Associação Centro Rural de Formação CRF - CAE, por suas contribuições para este estudo.

À Profª orientadora Dra. Maria do Socorro Xavier Batista, pela paciência, orientação e competência atribuídas em todas as etapas deste trabalho.

À Coordenação do curso, pelo apoio e bons serviços prestados aos discentes.

E por fim, a todos os grandes e verdadeiros mestres da educação, pelo legado teórico e o exemplo transformador realizado em suas práticas.

RESUMO

O presente trabalho busca identificar a contribuição das ações educativas do Centro Rural de Formação (CRF), na perspectiva da Educação do Campo para a formação cidadã de crianças e jovens da zona rural de Cruz do Espírito Santo. O CRF está localizado no Assentamento Dona Helena, no município de Cruz do Espírito Santo. O estudo tem como objetivos específicos: Identificar quais são as ações educativas do Centro Rural de Formação e os elementos de Educação do Campo no desenvolvimento de suas práticas; verificar quais as demandas e os desafios identificados pelo Centro Rural de Formação e quais os métodos utilizados nas ações; identificar a concepção de educação que o Centro Rural de Formação adota e como isso influencia nas ações educativas que são oferecidas. A metodologia caracteriza-se pela abordagem qualitativa, exploratória e analítica, e a investigação utilizou como instrumentos de coleta de dados observação, análise de documentos e entrevistas semiestruturadas realizadas com o padre idealizador do referido Centro, com um dos coordenadores, e também por meio de questionários aplicados com duas famílias e um jovem, participantes do CRF. O trabalho fundamenta-se em Caldart (2012); Azevedo de Jesus e Molina (2004), e na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) Nº 9.394/1996, da Constituição de 1988. Os resultados apontam que as ações educativas são pautadas na metodologia da alternância com formação para cidadania, tendo como eixo central o trabalho com a educação inclusiva, juntamente com alguns elementos de Educação do Campo, vinculadas a realidade dos educandos e educadores do campo. Traz contribuições de inclusão social na tentativa dialógica e complementar às políticas públicas de educação, visando à emancipação de crianças e jovens como sujeitos do campo.

Palavras chave: Pesquisa. Ações Educativas. Educação do Campo.

ABSTRACT

The present work seeks to identify the contribution of the educational actions of the Rural Training Center (CRF), from the perspective of Field Education for the citizen training of children and young people in the rural area of Cruz do Espírito Santo. The CRF is located in the Dona Helena settlement, in the municipality of Cruz do Espírito Santo. The study has as specific objectives: To identify the educational actions of the Rural Training Center and the elements of Field Education in the development of its practices; verify the demands and challenges identified by the Rural Training Center and what methods are used in the actions; identify the conception of education that the Rural Training Center adopts and how it influences the educational actions that are offered. The methodology is characterized by a qualitative, exploratory and analytical approach, and the research used as instruments of data collection observation, document analysis and semi-structured interviews with the founding priest of the said Center, with one of the coordinators, and also through questionnaires applied with two families and one young person, participants of the CRF. The work is based on Caldart (2012); Azevedo de Jesus e Molina (2004), and the Law of Guidelines and Bases (LDB) No. 9.394 / 1996, of the 1988 Constitution. The results indicate that educational actions are based on the methodology of alternation with formation for citizenship, central to work with inclusive education, together with some elements of Field Education, linked to the reality of the learners and educators of the field. It brings contributions of social inclusion in the dialogical and complementary attempt to public policies of education, aiming at the emancipation of children and young people as subjects of the field.

Keywords: Research. Educational Actions. Field Education.

LISTAS DE FIGURAS

Figura 01 - Centro Rural de Formação.....	35
Figura 02 - Secretaria do CRF.....	36
Figura 03 - Sala de Serviço Social.....	36
Figura 04 - Sala de Psicologia.....	37
Figura 05 - Sala de Fonoaudiologia.....	37
Figura 06 - Sala de Fisioterapia.....	38
Figura 07 - Sala de LIBRAS.....	38
Figura 08 - Sala de Psicopedagogia.....	39
Figura 09 - Sala de Atendimento Educacional Especializado.....	39
Figura 10 - Brinquedoteca.....	40
Figura 11 - Sala da Equipe Pedagógica.....	40
Figura 12 - Área Externa.....	41
Figura 13 - Copa e Banheiro.....	41
Figura 14 - Salão Principal.....	42
Figura 15 - Fazendoteca.....	42
Figura 16 - Bosque.....	43
Figura 17 - Atividade no Bosque.....	50
Figura 18 - Mostra Cultural II.....	50
Figura 19 - Apresentação de grupos de trabalhos e materiais adaptados.....	51
Figura 20 - Atividade Intercâmbio Cultural.....	53
Figura 21 - Atividade de Recreação e Educação Física.....	54
Figura 22 - Atendimento AEE e Psicopedagogia.....	55

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Direitos e Deveres presentes na Constituição Federal Brasileira de 1988...29

Quadro 02 - Histórico de Projetos e Atividades Desenvolvidas no CRF - (2002 - 2017).43.

LISTA DE SIGLAS

AEE - Atendimento Educacional Especializado.

ACRF - Associação Centro Rural de Formação

ASA - Ação Social Arquidiocesana da Paraíba

CAE - Centro de Atendimento Especializado

CFR - Casas de Formação Rural

CNE - Conselho Nacional de Educação.

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

CMDER - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural.

COAGEP - Cooperativa de Apoio às Organizações de Gestão e Produção Ltda.

CRF - Centro Rural de Formação

DOEBEC - Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente.

ECOVARZEA - Associação dos Agricultores e Agricultoras Agroecológicos da Várzea Paraibana.

EJA - Educação de Jovens e Adultos.

ENERA - Encontro Nacional De Educadores Na Reforma Agrária.

FAO - Organização da Nações unidas para a Alimentação e a Agricultura.

FUNAD - Fundação Centro Integrado de Apoio ao Portador de Deficiência.

INCRA - Instituto Nacional para a Colonização e Reforma Agrária.

LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais.

LDB - Lei de Diretrizes e Bases

MEC - Ministério da Educação.

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MSPdoC - Movimentos Sociais Populares do Campo.

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

ONG - Organização Não Governamental

PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária.

PROCAMPO - Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciaturas em Educação do Campo.

PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.

PRONACAMPO - Programa Nacional de Educação do Campo.

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

SECAD - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.

SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão.

SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural.

TEA - Transtorno do Espectro Autista.

UFPB - Universidade Federal da Paraíba.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
2. EDUCAÇÃO DO CAMPO E EDUCAÇÃO NO CAMPO: CONCEPÇÕES, POLÍTICAS PÚBLICAS E FORMAÇÃO CIDADÃ.....	18
2.1. Definições de Educação do Campo: um conceito em construção.....	20
2.2. Políticas Públicas para a Educação do Campo.....	24
2.3. A Educação do Campo como prática da cidadania.....	28
3. CENTRO RURAL DE FORMAÇÃO E SUAS AÇÕES EDUCATIVAS EM BUSCA DA CIDADANIA.....	33
3.1. Um breve histórico e caracterização da instituição.....	33
3.2. Ações Educativas do Centro Rural de Formação (CRF).....	43
3.3. As ações do CRF a partir do olhar dos sujeitos da pesquisa.....	56
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	67
5. REFERÊNCIAS.....	69
6. ANEXOS:	72

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho traz como tema a contribuição das ações educativas do Centro Rural de Formação (CRF) na perspectiva da Educação do Campo para a formação cidadã de crianças e jovens na zona rural de Cruz do Espírito Santo, localizada no Assentamento Dona Helena no município de Cruz do Espírito Santo.

O interesse pelo tema surgiu a partir de minha participação num dos cursos ofertados pelo Centro Rural de Formação, como uma atividade extracurricular de ação complementar ao curso de Pedagogia – Educação do Campo, realizada no mês de junho deste mesmo ano, e a convite de um dos coordenadores do CRF. A partir dessa participação, foi despertado o interesse sobre a temática ora apresentada, com o intuito de observar possíveis contribuições dessas e outras práticas na formação de crianças e jovens do campo, e conseqüentemente para o educador do campo.

As ações e atividades de fortalecimento das comunidades na zona rural caracteriza a Educação do Campo como um paradigma na busca por melhorias, seja na luta pela permanência na terra, por uma educação de qualidade, seja por uma formação cidadã, envolvendo além de aspectos socioeconômicos, políticos e culturais de um município ou região, também uma organização coletiva dos sujeitos articulados em suas associações, pastorais, movimentos sociais e cooperativas no sentido de resistir aos embates capitalistas.

De acordo com Molina (2010, p. 7)

Enfatizou-se que a educação do campo nasce e se fortalece como um paradigma construídos pelos sujeitos coletivos, organizados nos Movimentos Sociais tendo à frente o MST, com perspectiva de resistir as intensas transformações ocorridas no campo em função das mudanças da lógica de acumulação de capital nesse território. A história das lutas e da organização coletiva dos sujeitos do campo em busca do acesso ao conhecimento e à escolarização, como parte das estratégias de resistência à expropriação provocada pelo capital, faz parte desse cenário não podendo ser analisada em separado.

Contudo, a educação do campo ao longo do tempo, encontra também novas formas de estruturação para a permanência de ações educativas voltadas para a formação de crianças e jovens do campo, como a incidência de projetos desenvolvidos em áreas rurais, a exemplo do Centro de Atendimento Especializado (CAE) criado pelo CRF que faz parte da iniciativa privada, mas de sentido público, denominadas Organizações Não Governamentais (ONG's), ou ainda conhecidas como o “Terceiro Setor”. “O Terceiro Setor resume-se a iniciativa de

cidadãos que, participando de modo organizado e espontâneo, realizam um número de atividades visando um interesse coletivo, assim afirma Cosme” (2013, p. 54).

O CRF teve início em 2002, junto com um projeto piloto direcionado aos jovens agricultores vindos de vários assentamentos da região várzea do município de Cruz do Espírito Santo, mediante a necessidade de vincular-se aos espaços rurais e continuar na luta pela permanência nos mesmos. O projeto inicialmente começou realizando cursos para a formação dos jovens de comunidades rurais, oriundos de aproximadamente mais de doze assentamentos que necessitavam de uma formação cidadã, todavia, apoiadas também numa formação técnica de atividades agrícolas para o melhor desenvolvimento de seus trabalhos no campo.

As ações educativas do CRF tiveram o apoio inicial de educadores e grupos como: a Cooperativa de Apoio às Organizações de Gestão e Produção Ltda (COAGEP), a Ação Social Arquidiocesana da Paraíba (ASA), a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), e a Igreja Católica até a idealização de um projeto bem mais elaborado no ano de 2006.

Atualmente, o CRF mantém o programa CAE, um serviço de atendimento especializado para crianças e jovens com dificuldades de aprendizagem ou que apresentam um ou mais tipos de deficiência, além de outras atividades, e cursos de formação continuada para os educadores do CRF, também aberto aos educadores de todo o município e regiões vizinhas. Tais iniciativas geram um processo articulado de ações complementares que uma ONG exerce emancipando-se às ações do Estado, promovendo cidadania no campo das políticas públicas sociais. Um elemento das esferas públicas instituintes tem sido identificado nas ONGs (LOPES, 2004).

Todavia, espera-se que essas ações e participações realizadas por entidades não governamentais e seus associados não se deem apenas no âmbito do assistencialismo, mas sim que compreenda toda a problemática da realidade rural, trazendo contribuições de formação cidadã na perspectiva da Educação do Campo para crianças e jovens que busque em sua autonomia, a condição de ser o protagonista da sua própria história. E que, a partir desse processo de transformação social, tenha de fato e de direito, a consciência de permanecer em seus espaços, considerando o estado de vulnerabilidade em que ainda se encontram e da necessidade de mudança nas propostas de elucidação das políticas públicas para a Educação do Campo, o que também será analisado nesta pesquisa.

Não obstante, faz-se necessário indagar: Quais as ações educativas presentes no Centro Rural de Formação e como elas contribuem para formação cidadã das crianças e adolescentes da Zona Rural de Cruz do Espírito Santo? Nesse sentido, espera-se que essas

ações contemplem os aspectos metodológicos, sociais e institucionais da Educação do Campo em conformidade com a lei nº 9.394/1996 Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e suas especificidades, no que torna plena a importância desse estudo.

Considerando a necessidade de discutir sobre as ações educativas na realidade do campo, esta pesquisa torna-se relevante, pois traz uma contribuição significativa para percepção de diferentes práticas educativas e reflexões pertinentes à Educação do Campo.

Como conceito em construção, a Educação do Campo, sem se descolar do movimento específico da realidade que a produziu, já pode configurar-se como uma categoria de análise da situação ou de práticas e políticas de educação dos trabalhadores do campo, mesmo as que se desenvolvem em outros lugares e com outras denominações. E, como análise, é também compreensão da realidade por vir, a partir de possibilidades ainda não desenvolvidas historicamente, mas indicadas por seus sujeitos ou pelas transformações em curso em algumas práticas educativas concretas e na forma de construir políticas de educação (CALDART, p. 259).

De acordo com a lei mencionada anteriormente, os artigos 23, 26 e 28, no que diz respeito às especificidades do campo, define que aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos sejam respeitados uma vez inseridos na constituição de 1988, em especial o artigo 28, que prevê adaptações de organização pelos sistemas de ensino, nas metodologias e currículos que contemplem tais especificidades relativas à Educação do Campo.

Entidades como o CRF, também assumem tarefas públicas de fundamento político do Estado, promovendo um serviço de caráter educativo mediante os projetos que possivelmente garantem a diversidade sociocultural de crianças e jovens do campo, o que permeou neste sentido, identificar as ações educativas desenvolvidas pelo centro, possibilitando experiências riquíssimas em contato direto com diferentes práticas pedagógicas.

Como objeto desta pesquisa, a mesma pretende identificar as ações educativas do CRF, mas levantando a seguinte questão: quais as ações educativas do Centro Rural de Formação na perspectiva da Educação do Campo, como elas contribuem para a formação cidadã de crianças e jovens na zona rural de Cruz do Espírito Santo?

Para atender a problemática aqui levantada como objeto principal da pesquisa, o trabalho elaborou os seguintes objetivos específicos: identificar nas ações educativas do Centro Rural de Formação, os elementos de Educação do Campo no desenvolvimento de suas práticas; verificar quais e como são discutidas as demandas e os desafios identificados pelo Centro Rural de Formação, e quais os métodos utilizados como resultado dessas ações, identificar a concepção de educação que o Centro Rural de Formação adota, e como isso influencia nas ações educativas que são oferecidas.

Considerando o interesse por questões que buscam identificar as ações educativas na zona rural, esta pesquisa fomenta discussões acerca de metodologias diferenciadas de caráter formativo, abordadas por vários autores na premissa de aprimorar as teorias e práticas pedagógicas na educação de modo geral e na Educação do Campo.

Quanto à metodologia aplicada, com o intuito de alcançar os resultados propostos, o trabalho apoia-se na metodologia qualitativa de caráter exploratório e analítico. Conforme Martins (2004) a pesquisa qualitativa é caracterizada pela flexibilidade em sua realização, sobretudo pelas técnicas de coleta de dados, que são incorporados às mais adequadas à observação que está sendo feita.

Sendo assim, os procedimentos realizados na pesquisa, implicam numa coleta de dados por meio de análise de documentos, observação e entrevistas semiestruturadas gravadas e posteriormente transcritas, a entrevista semiestruturada é um dos principais instrumentos de coleta de dados no enfoque qualitativo, juntamente com a entrevista livre e aberta (TRIVINÓS,1992).

Foi realizada também, a aplicação de questionários com perguntas abertas como, “instrumento de coleta de dados constituído por uma série de perguntas, que devem ser respondida por escrito”(Marconi & Lakatos, 1999:100). Incide numa coleta de dados na qual os entrevistados expõem suas opiniões de forma mais livre e enfática.

Foram realizadas entrevistas gravadas com o padre idealizador do projeto, com um dos coordenadores do centro, e a aplicação de questionários com um jovem participante dos cursos iniciais do CRF e famílias de duas crianças atendidas pelo CRF-CAE, com o objetivo de buscar informações sobre as ações educativas desenvolvidas pelo CRF e a importância de suas contribuições para a formação dos educandos e conseqüentemente também para o educador do campo.

Contudo, referenciando os fundamentos teóricos que trata a pesquisa, foram consultados a lei nº 9.394/1996 Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Caldart (2004, 2012); Azevedo de Jesus e Molina (2004), e também autores de textos e artigos pesquisados na internet relacionados a temática.

Por fim, este trabalho divide-se estruturalmente em três capítulos: a introdução, que traz os procedimentos e aspectos metodológicos que norteiam a pesquisa; o aporte teórico que trata, concepções, características e políticas públicas para a Educação do Campo, num caráter de formação cidadã; e a análise dos resultados contendo a identificação do local e os sujeitos da pesquisa, e ainda as entrevistas gravadas e a aplicação de questionários com os participantes que colaboraram para a realização da mesma.

2. EDUCAÇÃO DO CAMPO E EDUCAÇÃO NO CAMPO: CONCEPÇÕES, POLÍTICAS PÚBLICAS E FORMAÇÃO CIDADÃ

A Educação do Campo no Brasil discorre sobre um processo histórico caracterizado por iniciativas e lutas oriundas dos trabalhadores rurais através dos Movimentos Sociais Populares do Campo (MSPdoC), numa proposição formada e reafirmada a partir de 1998, da Articulação por uma Educação Básica do Campo visando políticas públicas de educação e reforma agrária, articuladas a um espaço contra hegemônico para o poder produtivo das comunidades camponesas.

Nessa perspectiva, os meios de produção do campo assim como os conteúdos escolares sofreram de forma considerável algumas transformações, atribuindo aos camponeses o direito à Educação do Campo¹ por tanto tempo negado pelo poder público, mas sob fortes contradições, que segundo Caldart (2014), a Educação do Campo se constitui a partir de uma contradição,

[...] que é a própria contradição de classe no campo. Pois existe uma incompatibilidade de origem entre a agricultura capitalista e a Educação no e do Campo, exatamente porque a primeira sobrevive da exclusão e da morte dos camponeses, que são sujeitos principais da Educação do Campo (p.19).

Todavia, é elementar saber que a educação “no campo” é pensada e implementada para os sujeitos do campo, o que expressa enorme diferença uma vez que a educação “do campo” é realizada a partir das experiências e participação dos sujeitos que vivem no campo, ou seja, a construção e retomada do conhecimento se faz com eles e não para eles. “No: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais” (CALDART, 2002, p. 17).

A Educação do Campo, dessa maneira, é construída a partir do ponto de vista dos sujeitos pertencentes ao campo, na concepção de uma educação que contemple a particularidade existente no modo de vida de trabalhadores rurais desde a sua trajetória histórica de luta política e pedagógica, conforme afirma Molina (2004, p. 12), “a Educação do

¹ O surgimento da expressão “Educação do Campo”, primeiro foi denominado como *Educação Básica do Campo* no contexto de preparação da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em Luziânia, Goiás, de 27 a 30 de julho 1998. Passou a ser chamada Educação do Campo a partir das discussões do Seminário Nacional realizado em Brasília de 26 a 29 de novembro 2002, decisão posteriormente reafirmada nos debates da II Conferência Nacional, realizada em julho de 2004.

Campo faz o diálogo com a teoria pedagógica desde a realidade particular dos camponeses, mas preocupada com a educação do conjunto da população trabalhadora do campo e, mais amplamente, com a formação humana”. E, sobretudo, trata de construir uma educação do povo do campo e não apenas com ele, nem muito menos para ele.

Dessa maneira, faz-se necessário entender o processo de mudanças que direcionam à população do campo, considerando ações educativas e coletivas de luta pela terra, por uma formação mais humanizada através da força mobilizadora articulada aos movimentos sociais, tendo dentre eles, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) como uma forte representação dos movimentos sociais do campo, que participam ativamente numa ação conjunta à reivindicação de políticas públicas na melhoria de um ensino que valorize e respeite a cultura e identidade dos sujeitos do campo para uma transformação social, na qual afirma Batista (2007), que as reivindicações por educação partem de um processo mobilizador de uma territorialidade, em que, as ações dos movimentos sociais, através do processo de formação humana e política, proporcionam a vivência de práticas educativas, tomando como ponto de partida um fazer-se sujeitos políticos com um novo olhar, no sentido de construir uma nova sociedade.

No teor dessas ações é possível destacar alguns marcos legais dessas conquistas, como por exemplo: O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) (1998), as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (DOEBEC) (2002, 2006, 2008) e o Decreto Nº 7352/2010, sobre a Política Nacional de Educação do Campo, que prevê à ampliação e qualificação da oferta da educação básica e superior às populações do campo, consolidando os dispositivos acima mencionados de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) Nº 9.394/1996., Art. 28 como oferta de educação básica à população rural.

Para tanto, é imprescindível conhecer e entender o processo de novas propostas à reformulação e valorização da educação do campo. Há o reconhecimento de uma participação mais consciente no meio rural nas formas de traçar e de se pensar iniciativas dialógicas com os representantes legais para não só a implementação, mas a efetivação das políticas públicas que contemple a realidade do campo e as especificidades dos sujeitos que ali habitam, conforme Caldart (2004, p. 10), “o campo é espaço de vida digna e é legítima a luta para as políticas públicas específicas e por um projeto educativo próprio para seus sujeitos”. Dessa forma, torna-se plena a retomada do acesso a uma educação que valorize e respeite o contexto presente na vida dos moradores do campo.

Sendo assim, para que essa educação seja concretizada de acordo com a lei vigente já mencionada anteriormente, a escola do campo tem um papel social importante nos processos

curriculares e metodológicos sob a perspectiva da Educação do Campo que garanta uma formação cidadã dos sujeitos que por direito, necessitam do fortalecimento da sua cultura constituída de identidades, que segundo Molina (2004), Educar é ajudar a construir e a fortalecer identidades; desenhar rostos, formar sujeitos. Isso tem a ver com valores, modo de vida, memória, cultura.

2.1. Definições de Educação do Campo: um conceito em construção

A Educação do Campo se constitui como um conceito novo que não se configura apenas de uma definição concreta de educação voltada aos moldes da zona rural ou para o campo, mas sim parte da iniciativa e retomada de consciência dos Movimentos Sociais, trabalhadores do campo e suas organizações por reivindicar políticas públicas de educação específicas que contemple os conhecimentos da realidade concreta dos sujeitos do campo.

Partindo do princípio de que a educação no Brasil sempre foi um desafio, o que indagar da Educação do Campo como um conceito em construção? Pois, o campo e comunidades camponesas historicamente eram vistos como um povo e um espaço em atraso, desvalorizados com baixa escolarização e sem perspectiva de avanços tendo a educação rural como modelo formal de educação, numa concepção pedagógica padronizada, tradicional e urbanizada, diferente do contexto real existente no campo.

Como um conceito em construção, a Educação do Campo através da força dos Movimentos Sociais, em destaque o MST, ganhou proporção e nasceu através da luta desses movimentos de resistência pela terra ao provocar os poderes públicos e o Estado, a ter um outro olhar para a Educação do Campo uma vez que se formavam escolas nos assentamentos, carecidas não apenas de letras e números, mas de uma proposta de educação conscientizada e política que considerasse os saberes e identidades do campo além da formação escolar.

Conforme Caldart,

A Educação do Campo nasceu tomando/precisando tomar posição no confronto de projetos de campo: contra a lógica do campo como lugar de negócio, que expulsa as famílias, que não precisa de educação nem de escolas porque precisa cada vez menos de gente, a afirmação da lógica da produção para a sustentação da vida em suas diferentes dimensões, necessidades, formas (MACHADO, 2017; apud CALDART, 2012, p.15).

Dessa maneira, a Educação do Campo vai se construindo junto ao protagonismo dos Movimentos Sociais do Campo, como também das Associações e Entidades numa nova

estruturação de experiências para uma mudança social vigente, pois são propostas, desafios e alternativas para a permanência dos sujeitos no campo e para aqueles que estejam retornando a ele sob a perspectiva de terem acesso à educação. Isso os possibilita a confrontar a lógica de mercado da agricultura capitalista excludente, contrária a projetos de cooperativas nos assentamentos de agricultura familiar e de produtividade que há no campo. Que conforme Fernandes (1999, p. 30).

A agricultura familiar camponesa é reconhecida pela sua produtividade e por sua resistência histórica na sociedade moderna. Hoje é defendida por organismos internacionais: FAO, Banco Mundial, etc, como modelo de agricultura sustentável, em harmonia com o meio ambiente. Existe a urgência de investimentos na interpretação e produção do conhecimento da agricultura camponesa. Um primeiro passo é reconhecermos a necessidade da escola do campo. Valorizar essa condição é o ponto de partida. Com os projetos de assentamentos se ampliando, essa necessidade torna-se premente.

No âmbito escolar, a Educação do Campo deve ser pensada como um projeto de campo, aberto e criativo no entorno de suas ações, como objeto principal na formação social e humana atual e de futuras gerações, que Segundo Caldart (2004), a escola terá tanto mais lugar no projeto político e pedagógico da Educação do Campo se não se fechar nela mesma, vinculando-se com outros espaços educativos com outras práticas de desenvolvimento do campo, e a dinâmica social em que estão envolvidos os seus sujeitos. O que permite à escola um desenvolvimento fundamental e efetivo nos processos sociais do seu tempo.

Sendo assim, há uma influência pedagógica inovadora articulada aos Movimentos Sociais, ONGs, instituições e educadores de todo o país que ultrapassa a educação ruralista, e vai dando sentido ao reflexo cultural dos povos do campo para políticas educacionais de Educação do Campo.

Há no campo um expressivo movimento pedagógico, com experiências escolares inovadoras coladas às raízes populares, às matrizes culturais do povo do campo. A educação escolar ultrapassa a fase “rural”, da educação escolar “no” campo e passa a ser “do” campo. Está vinculada a um projeto democrático popular de Brasil e de campo. Realiza-se uma relação visceral entre as mudanças na educação e os ideais do Movimento Social. Vai-se, portanto, além da “escolinha de letras” (ler, escrever, contar) para se trabalhar perspectiva e criativamente um projeto de Brasil, um projeto de campo, resgatando e valorizando os valores culturais típicos do povo do campo. Há uma mobilização local, regional e nacional procurando garantir uma “educação básica do campo”, portanto com novos conteúdos, novos processos pedagógicos, novo enfoque na tarefa dos professores, das professoras, das famílias, da comunidade e dos próprios educandos. (ARROYO; FERNANDES, 1999, p.6)

Contudo, a Educação do Campo à medida que firma-se materializar no processo de campo- política pública- educação, apontando nessa tríade, novas práticas e reflexões acerca do que a configura juntamente aos movimentos sociais, sindicais e demais grupos específicos, tende a variar desses três elementos que a põe em movimento numa amplitude de articulações, hora contrário aos seus interesses originais, hora seguro e afirmativo sobre eles.

Conforme Caldart (2007, s/p):

Há então quem prefira tratar da Educação do Campo tirando o campo (e seus sujeitos sociais concretos) da cena, possivelmente para poder tirar as contradições sociais (o “sangue”) que as constituem desde a origem. Por outro lado há quem queira tirar da Educação do Campo a dimensão da política pública porque tem medo que a relação com o Estado contamine seus objetivos sociais emancipatórios primeiros. Há ainda quem considere que o debate de projeto de desenvolvimento de campo já é Educação do Campo. E há aqueles que ficariam bem mais tranquilos se a Educação do Campo pudesse ser tratada como uma pedagogia, cujo debate originário vem apenas do mundo da educação, sendo às vezes conceituada mesmo como uma proposta pedagógica para as escolas do campo.

Dessa forma, o cuidado à configuração política e pedagógica de base da Educação do Campo, implica em preservar a ideia do campo como concepção real das lutas sociais, pela dignidade do trabalho camponês, pela luta e permanência na terra ainda que transite por contradições de classe, mas que seja mantida à proposição concreta dos sujeitos sociais que a produziu.

Nesse sentido, a Educação do Campo vincula-se ao compromisso de fortalecimento da classe trabalhadora do campo objetivando uma política de educação que não se distancie de propostas com ações claras e efetivas de valorização da cultura camponesa para que o homem do campo não mais seja fadado ao fracasso escolar, à exclusão social e a desvalorização humana. Que seja um projeto de formação protagonizado pelos próprios sujeitos do campo, como afirma Caldart (2007), formação que inclui a afirmação de novos protagonistas para pensar esta política, os próprios trabalhadores do campo como sujeitos construtores de seu projeto de formação. Isso configura um avanço ainda em andamento, porém gradativo para o campo, onde a produtividade ganha força através do envolvimento consciente desses sujeitos.

Para tanto, a Educação do Campo não pode desvincular-se da afirmação que a constitui como um novo projeto de campo sem se fazer preciso uma política específica de formação docente para os professores do campo, que supere o modelo urbano e genérico de

docente-educador muitas vezes transportados da cidade, sem possuir vínculo ou identificar-se com a cultura e os saberes das comunidades campesinas. Isso implica numa instabilidade que pode até comprometer o direito à educação básica dos povos do campo na realidade que os cerca.

A partir da manifestação dos Movimentos Sociais e grupos militantes por políticas de formação de professores do campo, reivindicou-se, não a abertura de mais escolas e de mais contratação de profissionais da educação, mas sim de políticas que garantissem a formação docente dos sujeitos pertencentes ao meio rural, e o direito a uma capacitação permanente dos mesmos nos diversos espaços regionais educativos. Essa afirmação se deu através desse coletivo de sujeitos pela defesa de cursos como o de Pedagogia da Terra e de formação de professores do campo, conforme Caldart, (2007) Esses movimentos se afirmam não como reivindicadores de mais escolas e profissionais, mas como sujeitos coletivos de políticas de formação de docentes. Deles e de suas lutas por terra, território, agricultura camponesa e Reforma Agrária parte a defesa de cursos de Pedagogia da Terra e de formação de professores do campo.

Desse modo, surgem os cursos de Pedagogia da Terra que nasce especificamente como um programa de luta dos movimentos sociais pela Reforma Agrária. Também como demanda dos movimentos do campo, os cursos de formação de professores, aparecem na Conferência Nacional realizada em 2004, que deu origem, na Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação (MEC, Secadi, 2004), ao Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciaturas em Educação do Campo (Procampo), que tem por objetivo, apoiar à implementação de cursos regulares de licenciatura em Educação do Campo, nas instituições públicas de ensino superior do país, especificamente voltados a formação de educadores nos anos finais do ensino fundamental e médio nas escolas rurais.

Como se pode observar num modo geral, um projeto de Educação do Campo em sua total construção vai além de restaurações e reparos de infraestruturas para as escolas rurais ou construção de novas escolas com professores contratados, não desmerecendo a importância desses feitos, mas sim cabendo salientar uma relevância ainda maior e mais necessária, em que a natureza de ações educativas esteja voltada a questões mais emergentes nos aspectos socioculturais, políticos e econômicos, pois que a grande maioria dos sujeitos que vivem no campo, acreditam no potencial humano, na sua cultura e no seu próprio modo de produção.

Esse novo sujeito tomado de consciência, luta para não mais ser explorado, e sim explorar a particularidade existente no campo que o aproxima de uma educação mais adequada a sua realidade produtiva, longe de preconceitos e atos discriminatórios.

Como afirma Fontana (2015):

Os sujeitos que trabalham e vivem do campo e seus processos de formação pelo trabalho, pela produção de cultura, pelas lutas sociais, não têm entrado como parâmetros na construção da teoria pedagógica e muitas vezes são tratados de modo preconceituoso, discriminatório. A realidade destes sujeitos não costuma ser considerada quando se projeta um desenho de escola (apud CALDART, 2015, s/p).

Para tanto, é preciso entender que o vínculo entre campo e educação, projeto de campo e projeto de educação essencialmente ligado à concepção da Educação do Campo, perpassa o conceito e modelo de escola do campo, buscando através das políticas uma deliberação necessária dos processos educativos à condição emancipatória dos sujeitos do campo. E é exatamente por essas questões, que surgem alternativas possíveis de políticas públicas para uma transformação social e de desenvolvimento do campo.

2.2. Políticas Públicas para Educação do Campo

As políticas públicas para a Educação do Campo surgem inicialmente, a partir dos debates e compreensão da igualdade dos direitos exercidos pelos movimentos sociais e comunidades campesinas, por uma educação que seja pautada e sistematizada visando à prática de desenvolvimento de um novo modelo de campo. Essa reflexão se dar pela luta aos direitos sociais negados por tanto tempo aos povos do campo, reformulados numa exigência possível.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/96, o direito à educação faz parte do processo formativo de desenvolvimento humano, social e das instituições de ensino e pesquisa que são estabelecidos em âmbito nacional como dever da família e do Estado. No Art. 28, está clara a proposta de educação básica aos povos do campo,

Art. 28 Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III – adequação à natureza do trabalho na zona rural. (1996, s/p.).

Considerando que no Brasil, às políticas econômicas sempre foram favoráveis à classe empresarial tendo o modelo de campo como uma estrutura apta e expansiva ao agronegócio, os trabalhadores rurais cansados da conseqüente exploração oriunda das grandes indústrias de produção capitalista e sua forma excludente de apropriação do direito à educação na sociedade, se reorganizaram junto aos movimentos sociais, ONG's, sindicatos e demais entidades associativas a reivindicarem por políticas públicas.

A partir dessas reivindicações, no ano de 1997, surge o I Encontro Nacional De Educadores na Reforma Agrária (ENERA). No mesmo ano, foi criada a Escola Ativa, um programa das políticas públicas do governo federal objetivando auxiliar com metodologia específica nos processos educativos das classes multisseriadas das escolas do campo, e só então a partir do MST, surge um programa mais abrangente à população do campo, o Programa Nacional De Educação Na Reforma Agrária (PRONERA).

O PRONERA, criado em 16 de abril de 1998, em decorrência das discussões do I ENERA, é uma política pública do governo federal que surge a partir da demanda do forte índice de analfabetismo existente nos assentamentos rurais, e atua especificamente na educação de jovens e adultos assentados da Reforma Agrária e na formação de educadores que trabalham nas escolas dos assentamentos através do crédito fundiário em atendimento à população assentada.

Esse mérito se deu através da I Conferência Nacional de Educação Básica do Campo, no mesmo ano de 1998, posteriormente tomada de maior proporção como tema das políticas públicas da Educação do Campo, na II Conferência realizada em 2004, quando se consolida, como sua palavra de ordem, a expressão “Educação do Campo: direito nosso, dever do Estado”.

O Estado significa dizer que às políticas públicas requer o poder do Estado em ação, visando materializar os direitos constitucionalmente adquiridos como direitos sociais que garantam uma condição digna a própria sobrevivência humana. Segundo Molina (2012), entre os direitos constitucionais que se materializam por meio das políticas públicas, estão principalmente os direitos sociais, definidos no artigo 6º da Constituição Federal brasileira de 1988: educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados. Pelo fato de as políticas públicas serem formas de atuação do Estado para garantir os direitos sociais, elas também são denominadas, muitas vezes, políticas sociais.

Conforme as demandas que foram surgindo ligadas às especificidades existentes no campo e da luta pela educação voltada ao contexto da agricultura familiar e da sustentabilidade, no ano de 2005, através da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), vinculado ao Ministério da Educação, foi criado o Programa Pro-Jovem Campo – Saberes da Terra, visando à escolarização de jovens agricultores e familiares na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), em que integrado à qualificação social e profissional dos agricultores do campo, almejava a escolarização de comunidades ribeirinhas, indígenas, quilombolas, e assentamentos de várias regiões, como o Nordeste, Sul, Centro-Oeste e Sudeste do país.

Esse programa teve como meta, atender jovens considerados excluídos do sistema regular de ensino, com propostas produtivas curriculares e pedagógicas por meio de atividades educativas em diferentes tempos e espaços formativos, culminando numa alternância entre “tempo escola” e “tempo comunidade”, conforme Nascimento (2002, p. 15),

O “Tempo Escola” e o “Tempo Comunidade” são espaços formativos privilegiados de articulação entre estudo, pesquisa e criação de propostas de intervenção de modo a estimular diferentes aprendizagens nos jovens agricultores/as, tais como, leitura, escrita, arte, afirmação da diversidade étnica, cultural e gênero; desenvolver o espírito coletivo e solidário; superação dos valores de dominação, preconceito étnico-raciais e desigualdades existentes na relação campo-cidade; desenvolver a autonomia e a solidariedade produtiva, entre outras aprendizagens.

Essa organização curricular se dar no tempo/espaços formativos, através da viabilização do programa a propostas dialógicas entre educadores e educandos, junto à comunidade e instituições próximas, mediante as necessidades que vão sendo apontadas dentro de um planejamento coletivo pedagógico que busque alternativas para a geração de emprego e renda e políticas de desenvolvimento sustentável para a agroecologia no campo.

São práticas educativas como essas que insere ainda mais a Educação do Campo nos possíveis programas de políticas públicas a cada realidade apresentada, que de acordo com Santos e Richard (2016, s/p),

Nos últimos anos foram identificadas muitas práticas educativas, em todas as regiões do país, originadas no interior das organizações e movimentos sociais do campo. Com o objetivo de garantir a educação básica nas comunidades rurais e a formação de quadros dirigentes, muitas dessas ações, ainda que isoladas, obtiveram resultados concretos, fortalecendo as escolas do campo, os agricultores familiares, seus movimentos sociais e organizações.

De modo paralelo ao pensamento conservador e excludente de boa parte da sociedade, a posição contrária dos movimentos sociais e comunidades rurais organizadas ao poder hegemônico, tende a direcionar e pressionar o Estado a consolidar vários projetos de formação para o campo, protagonizados pelos seus próprios sujeitos, através do reconhecimento e da luta pelos seus direitos. E é exatamente por essa emancipação camponesa, que vão surgindo gradativamente novos programas em favor de melhores condições para a vida no campo.

No ano de 2007, também através do Ministério da Educação e por iniciativa da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), foi criado o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PRONACAMPO), destinado à formação de educadores (as) por área de conhecimento, para atuarem na educação básica das escolas do campo. O programa conta com a implementação de cursos de licenciatura e surge da parceria com instituições públicas de ensino superior de todo o país, partindo da necessidade de formação inicial dos educadores (as) em exercício na rede pública das escolas do campo, nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio.

O projeto prever enquanto política pública, a qualificação do ensino nas escolas rurais, sob a metodologia da pedagogia da alternância considerando mais uma vez o “tempo escola” e o “tempo comunidade” como forma dialógica nos processos formativos em que os educadores (as) possam tornar-se agentes efetivos na organização curricular e na construção do projeto político pedagógico das escolas do campo.

Entre os critérios exigidos, os projetos devem prever: a criação de condições teóricas, metodológicas e práticas para que os educadores atuem na construção e reflexão do projeto político-pedagógico das escolas do campo; a organização curricular por etapas presenciais, equivalentes a semestres de cursos regulares, em regime de alternância entre tempo-escola e tempo-comunidade; a formação por áreas de conhecimento previstas para a docência multidisciplinar, com definição pela universidade da(s) respectiva(s) área(s) de habilitação; consonância com a realidade social e cultural específica das populações do campo a serem beneficiadas. (BRASIL, MEC; 2017).

Entre outros projetos que assegurem um papel transformador na Educação do Campo, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) criado em 2011, é um programa das políticas públicas federal que tem por objetivo, a expansão e democratização da oferta de cursos de educação profissional e tecnológica em todo o país, estendendo-se aos espaços rurais de população camponesa através do PRONATEC CAMPO.

O PRONATEC CAMPO, promove, através do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), espaços de qualificação profissional para jovens e trabalhadores da agricultura familiar, assentados, assalariados rurais, indígenas, quilombolas e demais povos do campo, como os ribeirinhos, pescadores, extrativista, caiçaras. Os cursos são oferecidos de acordo com as demandas e especificidades existentes no campo, como: agricultor orgânico, agente de desenvolvimento socioambiental, agente de desenvolvimento cooperativista, cafeicultor, Piscicultor, entre outros que favorece o fortalecimento à inclusão sócioprodutiva e econômica dos agricultores (a)s e familiares em proposição ao desenvolvimento sustentável e solidário à condição social e cultural dos sujeitos do campo.

Em sequência, no ano de 2012, foi criado outro programa de acordo com o Decreto nº 7.352, de Portaria nº 86 instituído em 2013, destinado ao apoio financeiro e técnico da viabilização de políticas públicas no campo, o Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO). O Programa entre outras ações, articula-se na Educação Profissional e Tecnológica, Formação de Professores, Educação de Jovens e Adultos, e atende também as demandas apresentadas à educação do campo, que compreende os requisitos de materiais didáticos e pedagógicos para as comunidades quilombolas, com apoio às escolas com turmas multisseriadas, assegurando a melhoria do ensino nas instituições públicas existentes.

Tais iniciativas reconhecem nas reivindicações dos movimentos sociais e entidades identificadas, um incentivo a permanência do jovem camponês nos espaços escolares que lhe são apropriados. Esse espaço de ensino multisseriado, surge em decorrência da nítida falta de educandos para atingir um contingente estabelecido, não comportando uma turma por série, de forma a funcionar precariamente e muitas vezes em locais improvisados, o que requer das políticas públicas um compromisso vinculado à população do campo que vem lutando para se organizar a favor de processos educativos que minimizem tal realidade.

Com esse propósito, os sujeitos do campo precisam estar ainda mais inseridos nas representações das principais políticas, e que essas, sejam compatíveis com as necessidades reais e indissociáveis ao contexto existente no campo e que acima de tudo, garantam aos mesmos, uma cidadania digna possível de ser exercida.

2.3. A Educação do Campo como prática da cidadania

Em algum momento da Grécia e Roma Antiga, a educação entre outras práticas sociais significava um direito assegurado à classe social intelectual burguesa da época que educava-

se para participar ativamente nos processos políticos sociais de seu tempo. E a concepção de cidadania era algo associado à natureza dessa atuação em sociedade.

Ao longo dos últimos dois séculos, o conceito de cidadania vem se construindo conforme as transformações de cada época em determinadas sociedades, podendo ser considerado como a qualidade de cidadão, um indivíduo que vive em sociedade, natural ou naturalizado daquele país. Segundo Portal da Educação (2013), no Brasil, a Constituição Federal de 1988 prevê a garantia da cidadania, dos direitos e os deveres. Assim, para ter acesso a esses direitos é necessário ser um cidadão, e o que é um cidadão? É aquele que goza dos direitos garantidos civis e políticos, mas que ao mesmo tempo cumpre seus deveres e obrigações, sendo assim apto a viver em sociedade.

A cidadania sempre esteve ligada à educação assumindo várias dimensões no exercício de sua prática, seja para recriar o mundo através dos estudos, ainda como nos liceus dos tempos antigos seja nas diversas maneiras na qual a educação moderna possa direcionar. Há sempre a ideia de educar para ser um cidadão aliado a um conjunto de direitos e deveres para com o mundo a sua volta. Conforme prevê a Constituição Federal Brasileira de 1988, são alguns desses direitos e deveres:

Quadro 01 - Direitos e Deveres presentes na Constituição Federal Brasileira de 1988

DIREITOS	DEVERES
Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações nos termos da constituição.	Votar para escolher nossos governantes. Cumprir as leis.
Saúde, educação, moradia, trabalho, previdência social, proteção à maternidade e à infância, assistência aos desamparados, segurança, lazer, vestuário, alimentação e transporte são direitos dos cidadãos.	Respeitar os direitos sociais de outras pessoas. Educar e proteger nossos semelhantes. Proteger a natureza. Colaborar com as autoridades.
Ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da lei.	Proteger o patrimônio público e social do País.

Fonte: www.brasil.gov.br 2014.

De acordo com Constituição Federal (1988), a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será incentivada e promovida juntamente com a colaboração da sociedade, buscando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Por essa lógica, a escola enquanto instituição de ensino objetivou assumir o papel de instrumento para a formação do indivíduo a cargo de mantê-lo preparado futuramente para a funcionalidade no campo do trabalho e de sua participação na sociedade. Esse processo educativo vem sendo construído de modo geral sob um modelo de cidadania em que os deveres estão sempre a postos, enquanto que os direitos muitas vezes são protelados pelos poderes públicos e pelo Estado diante da recorrente posição política e econômica de produção capitalista existente no país.

Diante do exposto, uma parte da sociedade menos favorecida ver no exercício dos seus deveres, muitos dos seus direitos sendo impraticáveis ou geralmente irrealizados sob a condição de uma cidadania atribuída aos requisitos propostos perante a lei, e sente-se encorajada num dado momento consciente a questionar o porquê das incoerências entre os discursos apresentados e às ações que são desenvolvidas. Essas ações quando acontecem, representam uma boa parte da cidadania sendo praticada, vinculadas a novos elementos ligados à participação social como, a democracia, os direitos humanos e a participação política, mediante ao contexto histórico cultural vivido por cada sociedade.

À medida que a sociedade se modifica, também vão surgindo novos protagonistas, a exemplo da participação significativa e autônoma dos movimentos sociais populares, que têm contribuído muito para a reivindicação dos diversos direitos, como os direitos a igualdade e justiça social e do trabalho, à educação de qualidade, saúde, moradia, a aposentadoria etc. Nela se ver nitidamente uma luta de classes na atuação cidadã dos sujeitos envolvidos por uma condição que lhes garantam acessibilidade e ao mesmo tempo o respeito às diferenças, uma vez que a discriminação põe à margem os que não fazem parte de uma minoria privilegiada de direitos, participantes na mesma sociedade.

A participação cidadã é aquela com autonomia, não cooptada, não tutelada, como alguns governantes e setores hegemônicos defendem, mas sim aquela vivenciada autonomamente nos movimentos sociais populares, que têm se constituído como elemento instituinte de cidadania, através da participação política dos múltiplos sujeitos onde se luta e se afirma o direito de participar politicamente, de ter direitos sociais, políticos, humanos, de ter respeitadas suas diferenças culturais, étnicas, de gênero, de raça, de religião, ter direito a uma vida digna, com saúde, moradia, educação, cultura, lazer, a produzir, enfim ter acesso aos bens econômicos, materiais, culturais e simbólicos da sociedade capitalista, à riqueza construída com o trabalho de milhões de trabalhadores e apropriada por uma pequena minoria que goza de todos os privilégios, esbanja, corrompe (BATISTA, 2006, 158).

Sendo assim, uma nova concepção de cidadania vai surgindo a partir da reivindicação por igualdade de direitos constituídos, e da atuação significativa a princípio dos Movimentos Sociais e demais instituições organizadas. E é através dessas participações no cenário político, que a Educação do Campo vêm se manifestando nas ações concretas de luta por uma educação que seja construída no coletivo dos sujeitos, almejando um modelo educacional escolar que lhes proporcionem uma formação cidadã para a inclusão na sociedade.

Um exemplo claro que se destaca pela força dessa iniciativa em tentar mudar a concepção de cidadania da população campesina, é a histórica luta do MST por uma educação escolar que assegure ao sujeito do campo, uma prática integrativa de novo homem sociocultural de seu tempo.

Esse movimento em construção, mostra que além da atuação escolar, o povo também assume o papel consciente de pensar a educação como prática da cidadania, educando-se mutuamente nos diversos espaços formais, também não formais.

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos, todos nós envolvemos pedaços da vida com elas: para aprender, para ensinar, para aprender e ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação.
(BRANDÃO, 1985, p. 22)

Contudo, mesmo sendo a escola considerada um espaço de poder formativo, embora muitas vezes não alcance o ideal de sua funcionalidade, a preparação para o exercício da cidadania também se faz através de outros espaços além do ambiente escolar, como à família, os sindicatos, as ONGs, pastorais, associações de trabalhadores, movimentos sociais e demais instituições, onde o engajamento dos indivíduos em atividades concretas possibilita a troca de experiências como forma de educarem-se no cotidiano de suas ações. Nesse sentido, Freire alerta para uma educação dialógica entre os sujeitos, que não se pode educar-se sozinho e sim com o outro em mediação com o mundo. “Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens educam-se entre si, mediatizados pelo mundo.” (FREIRE, 2005. p. 78.)

Nesse sentido, a Educação do Campo à medida que vêm sendo construída, através da mobilização dos sujeitos do campo e dos grupos identificados com as lutas pelos seus direitos, consegue transformar ações dessa natureza em práticas indissociáveis da cidadania nos aspectos civis, políticos e sociais de acordo com as necessidades e demandas a serem alcançadas. E uma das demandas mais emergenciais que traz em sua função à qualidade de cidadão e dignidade às pessoas, é a educação de qualidade que deve ser descolada do papel

institucional formal que a constitui, para ser colocada no seu devido lugar e para àqueles que ainda precisam.

Dessa maneira, é possível compreender o exercício da cidadania ao passo que vêm se transformando como um ato de lutar por melhores condições de vida, entendendo aqui, como uma condição construtiva de mundo social em que haja mais coletividade e menos competitividade, para que todos possam se tornar de fato e de direito, pessoas cidadãs, pois do contrário sem esse entendimento e por diversas situações, os sujeitos educados acabarão caindo no conformismo das ideias a cabo de se tornarem meros contribuintes e consequentemente trabalhadores para o consumo de bens e serviços de uma sociedade. Conforme Brandão (p. 56), “Uma tal concepção de sujeito educado para a cidadania do mercado concentra a formação da pessoa nos limites da competência ético-utilitária e da técnica do/para o trabalho produtor de bens materiais e não o do construtor de mundos sociais”.

A partir da iniciativa e opondo-se a lógica desse modelo “ideal” de cidadania que vêm sendo praticado pelas sociedades neoliberais capitalistas, os vários Movimentos Sociais e demais instituições participantes lutam na construção de novas articulações e decisões que são muito eficazes no cumprimento dos direitos constituídos e na atualização das políticas públicas. Para a Educação do Campo, não se faz diferente, pois o eixo principal de sua formação na construção da cidadania é a realização da horizontalidade no diálogo entre os sujeitos, na qual se observa uma crescente sociabilidade e tomada de consciência na colocação de temas coerentes com a realidade do campo e importantes a serem reavaliados e solucionados junto ao poder público.

Portanto, entende-se que o caráter formador para uma cidadania campestre e de modo geral se faz inicialmente com uma educação de qualidade voltada para o povo, um povo que seja esclarecido e tenha firmeza em suas ideias não se deixando levar por assistencialismos.

3. CENTRO RURAL DE FORMAÇÃO E SUAS AÇÕES EDUCATIVAS EM BUSCA DA CIDADANIA

Neste capítulo iremos num primeiro momento apresentar um breve histórico do CRF, num segundo momento analisaremos suas ações educativas, e no terceiro momento, encerra-se com a análise dos dados das entrevistas e dos questionários aplicados.

Utilizou-se para o desenvolvimento desta pesquisa, a metodologia qualitativa com a realização de oito visitas à instituição entre os meses de junho e outubro de 2017, nas quais foram feitas observação e participação num dos cursos de formação continuada para professores, observação no seminário interno, atividades educativas e nos atendimentos oferecidos pelo CRF-CAE. Em todos esses momentos de oportunidade concedida, foi possível conhecer de forma direta o funcionamento das ações desenvolvidas pelo CRF.

3.1. Um breve histórico e caracterização da instituição

A Associação Centro Rural de Formação, instituição escolhida para o desenvolvimento desta pesquisa, está localizada no Assentamento “Dona Helena”, ‘Ex-Engenho Novo’, s/n Zona Rural de Cruz do Espírito Santo, Tel. (83) 3254-1519, na região várzea da Paraíba.

No ano de 2002, a partir de um projeto piloto utilizando um casarão no assentamento em Canudos, foi criado o Centro Rural de Formação (CRF), um centro educativo de formação técnica e social voltado preferencialmente ao público jovem e trabalhadores rurais de Cruz do Espírito Santo, e demais regiões e municípios vizinhos.

A iniciativa partiu de uma ação conjunta envolvendo o padre pedagogo Gabriele Giacomelli e a socióloga Maria Cristina, como idealizadores do projeto em parceria com a COAGEP, ASA, UFPB e a Igreja Católica, no qual foram desenvolvidos cursos de formação técnica e cidadã para jovens oriundos de vários assentamentos rurais de Cruz do Espírito Santo e de outros municípios como Bayeux, Santa Rita, Sapé, e comunidades próximas. A ideia surgiu tomando como modelo um projeto de extensão realizado pela UFPB em 2001 coordenado pelo professor Genaro Hieno que acompanhava o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR), e às Casas de Formação Rural (CFR), que funcionavam através de um consórcio contendo uma equipe de técnicos agrícolas no apoio aos trabalhadores rurais da região, cuja demanda dos jovens em sua maioria filhos de agricultores,

foi aumentando a ponto de se pensar num desenvolvimento de ações educativas direcionadas aos mesmos.

Todavia, em 2004 o projeto migrou para o assentamento “Dona Helena” onde o interesse e engajamento de todos no processo participativo parecia ser bem mais articulado, diante do grande potencial existente naquela região já fortalecido desde os tempos de ocupação das terras, que segundo o Instituto Nacional para a Colonização e Reforma Agrária (INCRA), essa ocupação significou um marco pioneiro no ano de 1995, como referência para a ocupação de outras terras.

A história de luta de Dona Helena marca 22 anos de resistência, pois havia muita concentração de terras sob o domínio dos grandes proprietários donos de engenhos e usinas de cana de açúcar na região em completo estado de falência e abandono sem qualquer utilização do espaço, cabendo aos trabalhadores rurais da região reivindicarem como parte de terra produtiva que era e ainda é para à vida no campo, conforme Nascimento,

Há uma organização, e uma migração que quer terra para trabalhar e produzir, dentro dos princípios e acreditando no ideal da Reforma Agrária, mas na clareza de que não se busca terra para roubá-la a outros, e sim para que ela seja aproveitada na sua função social de produtora de alimentos e de reserva ecológica; e no respeito da sua essência de mãe-terra. Produzindo comida, ofertando paisagens, repovoando as zonas rurais de uma forma mais livre e democrática, e cuidando de matas, mananciais e rios. Busca-se terra, também, para sair da condição de explorados, de escravizados, de empobrecidos; para proporcionar uma vida digna para suas famílias; e para construir comunidades de pessoas livres, ao mesmo tempo em que compromissadas (2016, p. 12-13).

Como projeto piloto, em 2002 o CRF inicialmente começou contando com recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) juntamente com a COAGEP, obtendo recursos logo em seguida da ASA de 2003 a 2006. Ao mudar para o assentamento “Dona Helena”, utilizaram uma cede dos trabalhadores rurais que estava abandonada num acordo de colaboração de uso do espaço para as atividades a serem realizadas com os jovens. O terreno e imóvel utilizado pelo CRF pertence a União, prontamente cedido através de um termo de comodato legal.

O processo educativo foi aumentando mediante o surgimento de novas demandas a exemplo dos jovens, que muitos deles apresentavam baixo rendimento escolar, e em atividades paralelas foi percebido um grande índice de crianças com dificuldade de aprendizagem e/ou algum tipo de deficiência ao longo das atividades desenvolvidas. Para isso, era preciso contar com uma equipe profissional muito diversificada e comprometida,

porém, tinha que se pensar num projeto que alcançasse recursos financeiros para a permanência dessas ações educativas no campo, mais precisamente no assentamento “Dona Helena”.

Em agosto de 2006, o CRF conquista seu espaço como Associação Centro Rural de Formação, obtendo um registro com CNPJ, atuando em suas organizações e atividades de forma independente. O apoio e colaboração financeira é adquirido através de processo licitatório com base nos editais que são lançados para se obter os recursos necessários à permanência das atividades desenvolvidas, que são formados por patrocinadores italianos: Amici Del CRF – Verona – Itália.

O CAE surgiu inicialmente em 2012, mas só no ano seguinte em 2013, que obteve o reconhecimento do Conselho Estadual de Educação em parceria com o Conselho Municipal dos direitos da Criança e do Adolescente. A partir da elaboração de um projeto bem organizado, foi possível a aprovação do mesmo, dando início ao envolvimento de vários profissionais voltados a esse tipo de atendimento.

Figura 01 - Centro Rural de Formação



Fonte: própria autora

A figura acima mostra a frente atual do CRF, onde são recebidas às crianças e adolescentes para o atendimento que é realizado de terças-feiras às quintas-feiras no horário de 13 às 16 horas, dispoñdo também do espaço interior do mesmo no qual são desenvolvidas diversas atividades oriundas dos projetos propostos.

Figura 02 - Secretaria do CRF



Fonte: própria autora.

A figura acima, mostra à secretaria, onde dispõe de sala de arquivo, sala de reunião e banheiro para os funcionários. Aqui são realizados todos os serviços administrativos e procedimentos necessários ao funcionamento do CRF.

Figura 03 - Sala de Serviço Social



Fonte: própria autora

Como mostra a figura acima, a sala de serviço social onde são realizados os procedimentos necessários aos registros de crianças e adolescentes atendidos pelo CRF-CAE.

Figura 04 - Sala de Psicologia



Fonte: própria autora

A figura 04 mostra a sala onde são realizados os atendimentos em psicologia, formado por duas psicólogas que fazem o trabalho de acompanhamento das crianças e/ou adolescentes quando são encaminhados ao serviço.

Figura 05 - Sala de Fonoaudiologia



Fonte: própria autora

A figura 05 mostra a sala de fonoaudiologia, onde são realizadas atividades nos atendimentos específicos envolvendo linguagem e motricidade oral ou distúrbios apresentados pelas crianças e/ou adolescentes.

Figura 06 - Sala de Fisioterapia



Fonte própria autora

A figura 06, mostra a sala de fisioterapia, onde o atendimento realizado trata das disfunções, recuperação de movimentos e lesões ortopédicas.

Figura 07 - Sala de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)



Fonte: própria autora

A sala de LIBRAS na figura acima, mostra o espaço onde são desenvolvidas atividades que vão além da sala de aula e do ensino específico, alternando com momentos coletivos nos ambientes externos do CRF, como o bosque, fazendoteca, horta e demais espaços recreativos.

Figura 08 - Sala de Psicopedagogia



Fonte: própria autora

A figura 08, mostra a sala de psicopedagogia onde são realizadas atividades para a percepção dos diagnósticos que são encaminhados aos atendimentos mediante cada necessidade apresentada por cada criança e/ou adolescente.

Figura 09 - Sala de Atendimento Educacional Especializado



Fonte: própria autora

A figura 09 mostra a sala onde são realizados os atendimentos de AEE, com um acompanhamento individualizado das crianças ou adolescentes após serem encaminhados pela profissional psicopedagoga

Figura 10 - Brinquedoteca



Fonte: própria autora

A figura acima mostra a brinquedoteca, uma sala organizada para as atividades lúdicas, com a utilização de brinquedos pedagógicos como ferramenta favorável ao ensino-aprendizagem das crianças e adolescentes, proporcionando um ambiente rico em conteúdo e interação entre os mesmos.

Figura 11 - Sala da Equipe Pedagógica



Fonte: própria autora

A figura acima mostra a sala da equipe pedagógica, onde são realizadas as reuniões e planejamentos das atividades e projetos que o CRF desenvolve.

Figura 12 - Área Externa



Fonte: própria autora

Na área externa, são realizadas atividades de manuseio com a terra, através das oficinas utilizando ferramentas para o trabalho de jardinagem e o plantio de hortas.

Figura 13 - Copa e Banheiro



Fonte: própria autora

A figura acima mostra a copa onde são preparadas as refeições que são servidas as crianças e adolescentes atendidas pelo CRF-CAE e demais eventos realizados no mesmo. E o banheiro na figura ao lado atende as necessidades de acessibilidade dos usuários.

Figura 14 - Salão Principal



Fonte: própria autora

O salão principal, é um espaço coberto onde são oferecidas as refeições, também utilizado na realização de diversas atividades, de acolhimento, apresentações culturais e artísticas, cursos de capacitação, seminários, palestras, recreação, festas temáticas e comemorativas e eventos complementares.

Figura 15 - Fazendoteca



Fonte: própria autora

Nesse espaço externo, são desenvolvidas atividades em contato com os animais de pequeno porte, chamado fazendoteca. São realizadas atividades que alternam entre conhecimentos adquiridos em sala de aula e momentos reais de aproximação com a reprodução e desenvolvimento dos animais.

Figura 16 - Bosque



Fonte: própria autora

Como mostra a figura acima, o bosque é a parte externa de reserva ambiental, onde são desenvolvidas atividades em contato com a natureza, oferecendo um ambiente rico bastante arborizado para a realização de práticas pedagógicas, culturais, brincadeiras e momentos recreativos entre profissionais, convidados e as crianças e adolescentes que são atendidos pelo CRF-CAE.

3.2. Ações Educativas do Centro Rural de Formação

As ações educativas como estratégia de ensino-aprendizagem, estabelecem um papel importante para a formação dos educandos, de modo a realizar uma atuação concreta que envolva teoria e prática pedagógica em seu pleno significado e movimento. O CRF desde o início em 2002 na região várzea da Paraíba, vêm desenvolvendo projetos de ações educativas, com atividades de capacitação técnica e de formação cidadã voltadas de preferência às crianças e jovens de áreas rurais atuando mais especificamente em Cruz do Espírito Santo.

O quadro a seguir, apresenta a sistematização dos projetos e atividades realizadas pelo CRF desde a sua atuação Como Projeto Piloto Até Os Dias Atuais.

Quadro 02 - Histórico de Projetos e Atividades Desenvolvidas no CRF - (2002 - 2017)

ANO	PROJETO / ATIVIDADE	PÚBLICO ATENDIDO
2002	PROJETO CRF (PILOTO) – Formação técnica cidadã atividades desenvolvidas com a coordenação da COAGEP – Cooperativa de Apoio às Organizações de Gestão e produção Ltda.	60 Jovens
2003	PROJETO CRF – Desenvolvido com o apoio jurídico da ASA - Ação Social Arquidiocesana da Arquidiocese da Paraíba. Curso de Piscicultura, avicultura, bovinocultura leiteira, beneficiamento de leite, unidades produtivas, horticultura orgânica, confecção de fertilizantes natural.	72 Jovens
2004	PROJETO CRF – “Para um Centro Rural de Formação na região várzea da Paraíba”. Jovens Técnicos, Horta Escolares, curso de criação de bovinocultura, Intercâmbios.	51 Jovens
2005	CENTRO RURAL DE FORMAÇÃO “Um outro município é possível”. Mini-curso de horticultura orgânica, agricultura orgânica, defensivos naturais, Curso de Educação Ambiental, Seminário de estudo sobre o Conselho Tutelar. Em parceria com o SENAR: Curso de Administração de propriedades em regime de economia familiar, pesquisa de dados no município de Cruz do Espírito Santo, grupo de estudo e ação de participação cidadã.	155 jovens e adultos,
2006	PROJETO “CIO DA TERRA O CUIDADO DA GENTE!” . Projeto de extensão Universitária em parceria com a UFPB. Curso de educação ambiental, cultivo das flores tropicais. PROJETO “CRESCER, CUIDAR E RECREAR” em parceria com a cooperação Italiana. Construção da Brinquedoteca, atividades ludobiblioteca para atividades lúdicas e educativas com crianças. ANO DE FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO CENTRO RURAL DE FORMAÇÃO.	76 crianças e jovens
2007	PROJETO “CIO DA TERRA O CUIDADO DA GENTE!” Continuidade das ações e atividades. PROJETO “CRESCER, CUIDAR E RECREAR” Continuidade das ações e atividades.	72 crianças e jovens
2008	PROJETO “CIO DA TERRA O CUIDADO DA GENTE!” . Cursos de avicultutura, horticultura, questão agraria, biofertilizantes, políticas agrarias do município, recursos hídricos, associativismo, fruticultura, Juventude participação política, educação ambiental.	40 jovens
2009	PROJETO “CIO DA TERRA O CUIDADO DA GENTE!” Curso de formação técnico-cidadã para jovens de área rural.	35 jovens

2010	PROJETO “CIO DA TERRA O CUIDADO DA GENTE!” Caminho de formação eco-humanista e agrária para agentes sociais em diálogo com o seu território. PROJETO “Palavras Brincando” – Formação das turmas das crianças.	91 jovens e crianças
2011	PROJETO “CIO DA TERRA O CUIDADO DA GENTE!” . PROJETO “Palavras Brincando” no mundo a ser dito e entendido. Projeto de educação lúdica em apoio a alfabetização de crianças.	111 Jovens e crianças
2012	PROJETO “Palavras Brincando” no mundo a ser dito e entendido. Projeto de educação lúdica em apoio a alfabetização de crianças. PROGRAMA AMIGO DE VALOR “Conhecer para transformar” CRIAÇÃO DO CRF –CAE (CENTRO DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO)	30 crianças
2013	PROJETO – Brincando Direito’s – Programa de apoio para a alfabetização e inclusão de crianças. Pelo direito de ler e escrever na idade certa pelo direito de estarmos todos incluídos e cuidar juntos do futuro com alegria e esperança todo mundo contribuindo com a diferença.	60 crianças
2014	PROJETO – Brincando Direito’s – continuidade das ações e atividades	60 crianças
2015	PROJETO PROGRAMA CRF CAE – Programa de educação inclusiva para crianças e adolescentes com deficiência e/ou dificuldade de aprendizagem.	70 crianças
2016	PROJETO “Formação e Informação sobre Inclusão Social e Fortalecimento do CRF CAE Todos diferentemente iguais. (Ensino de LIBRAS para surdos e suas famílias, como também maior abrangência da discussão sobre Inclusão no município).	90 crianças
2017	PROJETO PROGRAMA CRF CAE.	90 crianças, adolescentes e jovens.

Fonte: Centro Rural de Formação

Do ano de 2002 a 2003, conforme descrito na tabela acima, o CRF contou com um “projeto piloto” ao iniciar suas atividades com o método de educação em regime de alternância, que combinava a formação agrícola e a formação cidadã com a participação de jovens de três comunidades rurais alternando atividades no CFR e atividades nas comunidades. Nessas atividades eram realizados nas residências, como também visitas nas

comunidades e famílias caracterizadas por encontros dialógicos de troca de experiências, acreditando sempre numa proposta de trabalho com técnicas agrícolas para a melhoria da produção da agricultura familiar.

Essa metodologia da alternância é caracterizada aqui por tempos alternados de teoria e prática, sobretudo, planejada e desenvolvida em outros espaços educativos que não somente a escola. A Pedagogia da Alternância surge na França nas Casas Familiares rurais, experiência que foi trazida para o Brasil nos anos de 1960 quando foram criadas as Escolas Famílias Agrícolas, as quais se estruturam a partir de uma associação de pais e organizações com o intuito de desenvolver atividades formativas que combinam a formação geral com a qualificação para o trabalho no campo especificamente para a agricultura familiar e agroecologia com o desenvolvimento de tecnologias apropriadas a essas formas de produção. Ela se caracteriza pela existência de diferentes tempos e espaços de aprendizagem que combinam teoria e prática

A metodologia da alternância desenvolvida nas atividades realizadas pelo CRF, expõe elementos da Educação do Campo como um projeto estrutural de campo a partir dos seus sujeitos considerando o tempo comunidade, um momento produtivo de melhor desenvolvimento para o campo, que conforme Machado, Campo e Paludo (2008) o tempo comunidade é um tempo de contribuição para a relação teoria e prática, no qual alunos são inseridos na comunidade, movimentos e organizações de luta, potencializados pelo trabalho de produção de alimentos, juntamente com a família e a comunidade, ajudando a desenvolver o meio onde vivem.

Continuamente em 2003, foram realizados em parceria com a ASA, cursos de formação técnica voltados ao desenvolvimento agrícola com criação de hortas orgânicas e confecção para o plantio com utilização de fertilizantes naturais, como também vários cursos mais direcionados para a criação de animais já citados na tabela acima.

De 2004 a 2005, foram realizados cursos segundo o projeto intitulado “ Para um Centro Rural de Formação na região várzea da Paraíba ” e “ Um outro município é possível”, que contou com uma equipe técnica de desenvolvimento para a criação de ‘hortas escolares e o trato com o gado através da bovinocultura. Para melhor definir essas ações educativas, a formação desenvolvia-se também num regime de alternância, onde além das visitas nas comunidades e famílias com a exploração nos territórios, os jovens participantes desfrutavam de momentos residenciais chegando nas manhãs das sextas-feiras, tendo participação nos cursos já descritos na tabela acima (2004/2005), retornando às suas casas nos domingos de tarde. Essas atividades de formação técnico-agrícola, ambiental e formação de uma educação para a cidadania, estenderam-se por intercâmbio que aconteciam duas vezes ao ano com

instituições do Estado a aproximadamente 100 km de distância, patrocinados financeiramente pela Conferenza Episcopale Italiana (CEI), Roma-Itália; Fondazione San Zeno, Verona-Itália; Amici Del CRF.

De 2006 a 2007, o CRF realizou o projeto “Crescer Cuidar e Recrear”, que contou com uma formação mais específica sócio-sanitária e cidadã para crianças e também familiares com duração de três meses três vezes por semana, de forma bem estruturada e organizada obtendo alimentação, kit sanitário, material didático, educadoras e monitoria. As atividades se davam de forma lúdica, incluindo curso de teatro e música, como também a criação de uma brinquedoteca utilizada em várias atividades com crianças de toda a vizinhança.

No ano de 2006, ano em que o centro obteve um registro como associação, o CRF desenvolveu um projeto de maior duração chamado “Cio da Terra O Cuidado da Gente”, com realização de atividades até 2011, envolvendo sempre a metodologia da alternância, acolhendo os jovens participantes das sextas pela manhã até os domingos de tarde. Apostando na temática usual de formação técnico-agrícola e formação para a cidadania, o projeto inicialmente em 2006 contou com a colaboração da UFPB, e nos anos seguintes como já descrito na tabela, vários cursos foram ofertados (2006/2011), com o ensino técnico para o desenvolvimento agroecológico e construção da cidadania através de vídeo aulas de artes e debates para a compreensão do valor cultural e da vida no campo. Paralelo ao mesmo, de 2010 a 2012 as atividades foram tomando rumo ao atendimento infantil, com a iniciação do projeto “Palavras Brincando”, um reforço escolar para crianças da região, trabalhando a ludicidade na educação como complemento ao ensino regular e o programa “Amigo de Valor”, com ênfase também na alfabetização de crianças.

Esses projetos da forma como foram pensados e executados, comungam com os princípios da Educação do Campo, uma vez que em conformidade com a lei Nº 9.394/96, Art. 28 já citada anteriormente, o CRF como sistema educativo complementar ao ensino público, promove em seu processo de formação, uma educação adequada à realidade da vida no campo, através de cursos com propostas curriculares que respondem às necessidades dos sujeitos envolvidos e a sua relação de produção com o trabalho. Sua metodologia está pautada nos princípios da territorialidade, formação ética, cidadã e humana, através da exploração dos espaços em comunidade, da articulação por políticas de desenvolvimento para o campo somadas à parcerias e apoio de organizações coletivas e do direito à educação contextualizada, acolhendo e respeitando às demandas apresentadas no decorrer dos cursos que foram e são realizados, tendo os educandos como elemento principal de participação nesse processo, “ É necessário que os educandos aprendam mais do que ler e escrever;

aprendam a se organizar, trabalhar em coletivo, ou seja, que tenham uma formação humana, política, ética”. Os educandos precisam sentir-se sujeitos participantes ativos no processo educativo. (MACHADO, Carmem Lúcia Bezerra;2008).

No ano de 2012, à medida que os desafios e as demandas foram aumentando, surgiu a criação do CAE, um centro de atendimento especializado para as crianças com dificuldade de aprendizado que logo em seguida no ano de 2013, intitulou-se o projeto “Brincando Direito’s”, um trabalho de inclusão das crianças em parceria com o Conselho Municipal dos direitos da Criança e do Adolescente, dando continuidade as atividades realizadas no ano anterior e em 2014. O atendimento do CRF-CAE, tem por objetivo reduzir a defasagem escolar, envolvendo crianças com distorção série-idade e falhas graves na alfabetização, trabalhando a ludicidade em oficinas e atividades de apoio didático formativo. Também são ofertados cursos de formação para professore(a)s locais, para uma maior e melhor compreensão e tomada de consciência das questões didáticas e sócio-políticas, pois são educadores(a)s que ensinam nos colégios localizados em zona rural, no centro da cidade e localidades próximas.

Em 2015, o CRF-CAE seguiu dando continuidade na educação inclusiva, atendendo crianças e adolescentes com algum ou mais tipos de deficiência, e no ano seguinte em 2016, contou com a implementação do ensino da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, atendendo às demandas identificadas que vão surgindo ao longo do processo de realização dos projetos que são desenvolvidos.

Como podemos ver as atividades do centro deram uma guinada saindo das ações voltadas para a formação dos jovens com foco no trabalho no campo e passou a se dedicar mais projetos de educação inclusiva voltada para crianças e adolescentes com necessidades especiais, numa atuação mais assistencialista.

Portanto, o atual desenvolvimento do CRF-CAE acontece de forma inicial a partir do serviço de assistência social com uma avaliação e cadastro da criança ou adolescente através de uma análise de dados, com o atendimento especializado em psicopedagogia identificando o diagnóstico realizado durante as oficinas pedagógicas e o atendimento individualizado, com os serviços de atendimento clínico em fisioterapia, fonoaudiologia, atendimento de AEE e psicomotricidade, acompanhamento com psicólogas, pedagogas dispoendo de uma brinquedoteca com recursos para atividades de leitura e ensino de matemática, uso de espaços externos como a horta didática, a fazendoteca com animais de pequeno porte, o bosque para atividades ao ar livre e a utilização do salão coberto onde são oferecidas as refeições, como também serve para a realização de reuniões, seminários internos, cursos de capacitação e

apresentações de atividades culturais e recreativas. Tem o apoio financeiro da fundação San Zeno, patrocinadores oriundos de Verona – Itália.

Atuando como ONG desde 2012, prestando um atendimento especializado de educação inclusiva já citado, o CRF-CAE atua paralelamente de maneira complementar às instituições públicas de ensino em Cruz do Espírito Santo, mas sempre requerendo uma colaboração necessária, se fazendo presente nos conselhos municipais, como o Conselho da Criança e do Adolescente, o Conselho da Assistência Social e o Conselho Municipal de Educação.

Atualmente em 2017, o CRF-CAE promoveu diversas atividades envolvendo as crianças que são atendidas na instituição, como também cede o espaço para a participação de outras escolas, a exemplo da Escola José da Cunha do Assentamento em Canudos em que foi desenvolvida no dia 05 de Junho deste, uma atividade no bosque, proporcionado um momento coletivo com as crianças. Foi um dia dedicado ao Meio Ambiente, em que realizou-se uma aula de campo enfatizando a importância do reflorestamento e a preservação das riquezas naturais, bem ilustrada nas figuras abaixo. O que dessa forma, ainda caracteriza a metodologia da alternância nas atividades que são desenvolvidas em sala de aula relacionando momentos teóricos com ações práticas bem definidas para melhor associação dos conteúdos trabalhados.

Figura 17 – Atividade no Bosque



Fonte: CRF

Outros momentos de atividades desenvolvidas pelo CRF, aconteceu na II Mostra Cultural CRF-CAE, realizada no dia 22 de agosto deste, onde alcançou um número de aproximadamente cem pessoas reunidas numa descontraída tarde de terça-feira.

Figura 18 – Mostra Cultural II



Fonte: CRF

As atividades contaram com apresentações de danças culturais, como a dança da peneira e a exposição de trabalhos produzidos pelas crianças e adolescentes durante o atendimento e oficinas realizadas no CRF-CAE, como também a apresentação de dança do grupo de idosos da comunidade, e amostras paralelas de artes diversas, com a exposição de artesanato criado por artistas locais e o encerramento com a degustação da culinária nordestina. Essas ações apresentam de maneira enfática, o protagonismo praticado pelas crianças e adolescentes através do ensino de artes inserido nas atividades desenvolvidas pelos mesmos, promovendo a capacidade de expressar sua própria cultura e criatividade artística na apresentação desses eventos.

No mês de junho deste, o CRF-CAE realizou um minicurso de capacitação continuada para professores(a)s, cuja prática de observação para a realização desta pesquisa, iniciou-se a partir do mesmo, e das demais atividades que serão apresentadas em seguida dando continuidade a este trabalho.

Os cursos de capacitação ofertados pelo CRF-CAE, geralmente acontecem duas vezes ao ano, e que além de participarem os profissionais da própria instituição, também são convidados(a)s os professores que atuam na rede regular de ensino em Cruz do Espírito Santo, também aberto àquele(a)s que se sentirem interessados e que já atuam nesse mesmo seguimento. O curso intitulado “Deficiência Intelectual e Comorbidades. Práticas Pedagógicas Adaptadas Para a Sala de Aula”, foi ministrado por duas professoras da cidade de Recife-PE,

a pedagoga Ana Paula Brito e Tereza Cristina Guerra Zidanes pedagoga psicomotricista, que atua desde a primeira capacitação oferecida pelo CRF.

Figura 19 - Apresentação de grupos de trabalhos e materiais adaptados.



Fonte: própria autora

As dinâmicas desenvolvidas durante os dois dias de curso, promoveu atividades práticas de construção e planejamento pedagógico para o atendimento das crianças e adolescentes que estudam nas escolas do município e que são atendidas pelo CRF-CAE. A metodologia utilizada de educação inclusiva, trouxe habilidades e competências curriculares, material adaptado para a sala de aula e estudos avaliativos sob o eixo articulador família – escola – especializado, respeitando os limites e potencialidades de cada aluno. Abordou de maneira enfática a experimentação do diálogo entre os colegas de profissão de variadas escolas que se fizeram presentes, como ponto estratégico na troca de experiências e aprendizagens. O encerramento foi realizado com a formação de vários grupos de trabalhos na apresentação de diversas atividades de letramento e matemática voltadas à atenção e formação do(a) aluno(a) com dificuldade de aprendizagem, comorbidade ou algum tipo de deficiência.

Ações dessa natureza, estimulam ainda mais os conhecimentos adquiridos e seu aprimoramento na busca de se planejar atividades diferenciadas diante da realidade que se apresenta, culminando em momentos dinâmicos de associação de conteúdos direcionados às práticas pedagógicas.

No dia 10 de julho deste, foi realizado um Seminário Interno dos profissionais atuantes do CRF-CAE intitulado “Ação Pedagógica Inclusiva”. Essa ação educativa contou com a

apresentação de cada profissional e a narrativa de pontos estratégicos e dificuldades encontradas durante os atendimentos realizados, elencando novos pensamentos e reflexões como exercício das práxis pedagógicas.

O seminário abordou questões paralelas de cada atendimento, o psicopedagógico com um olhar mais voltado para a observação das superações e dificuldades da criança ou adolescente, sem atribuir deficiência à ausência de saúde, buscando sempre algo muito próximo à vivência dos alunos, ensinando e aprendendo ao mesmo tempo com o protagonismo desenvolvido durante as atividades.

O atendimento em psicologia enfatizou a confiança que se constrói durante o acompanhamento das crianças e adolescentes e a importância dos jogos lúdicos produzidos de acordo com a necessidade de cada uma delas, valorizando o pertencimento ao grupo com possibilidades para um novo caminho de aprendizado. Já o setor do serviço social, mostrou a articulação do trabalho em rede, das dificuldades de parceria com as instituições públicas, das falhas e morosidade das políticas públicas para diminuir a grande demanda existente na busca pelos serviços do CRF-CAE, no qual chega a atender aproximadamente oitenta e uma famílias.

Não se deixando levar pela quantidade e sim pela qualidade dos serviços oferecidos pelo CRF-CAE, pois a equipe de participantes é bastante numerosa envolvendo cerca de vinte funcionários, a realização de ações através da apresentação de seminários, destaca diferentes maneiras de como apropriar-se dos conhecimentos que vão sendo trabalhados e construídos ao longo do processo de ensino-aprendizagem para com os educandos. No que tange a observação dessa prática, os participantes deixaram registrado um olhar sobre como trabalhar com as diferenças no exercício de suas funções, prevalecendo à igualdade entre todos como sujeitos de direitos da sociedade e para uma vida digna no campo.

No dia 4 de outubro deste, o CRF-CAE realizou uma ação educativa através de um intercâmbio cultural num trabalho em conjunto para com as crianças e adolescentes atendidos pela instituição, envolvendo a participação dos profissionais internos, quanto profissionais oriundos da cidade de Recife-PE pertencentes ao projeto social chamado “Pé no Chão”, como ilustrado na figura acima.

Figura 20 – Atividade Intercâmbio Cultural II



Fonte: própria autora

A atividade foi realizada na parte externa, no bosque reunindo todos num momento educativo com a participação do projeto social chamado “Pé no Chão” de Recife-PE através de um intercâmbio cultural, que contou com oficinas de dança e percussão, como a dança da peneira, maculele, cirandas, músicas com utilização de instrumentos afro-brasileiros, expressões corporais e performáticas, atribuindo significado artístico às funções motoras e sensoriais das crianças e adolescentes em pleno contato e harmonia com a natureza e o meio ambiente.

Uma ação desse porte, com profissionais de outras instituições em intervenção pedagógica direta através de práticas educativas associadas a movimentos de expressão artística, busca inserir a valorização de outras culturas tão semelhantes quanto originárias da nossa própria cultura, como foi o exemplo apresentado durante as atividades nesse dia de observação.

Um outro momento de culminância cultural e recreativa, foi realizado em 17 de outubro, onde foram promovidas mais uma vez, atividades no entorno do bosque com a atuação de pedagogos e um educador físico para o desenvolvimento das atividades físicas e motoras das crianças e adolescentes. Além das atividades físicas as atividades promovem o contato com a natureza, promovem a sociabilidade entre as crianças.

Figura 21 - Atividade de Recreação e Educação Física.



Fonte: própria autora

Quanto a parte recreativa, realizou-se uma atividade lúdica de caça ao tesouro, espalhando além de objetos atrelados à brincadeira, muita alegria e descontração ao ar livre a perder de vista, caindo também no encantamento de cores através de um parangolé utilizado nos eventos com danças de roda. Essa atividade lúdica pedagógica, traz a proposta de interação dos participantes com diferentes materiais e a ideia de movimento inserida de forma artística, uma vez que cada feixe de cor representa uma vibração harmoniosa de energias positivas. São práticas pedagógicas diferenciadas que possibilitam a motivação e o estímulo nas crianças, proporcionando a capacidade de sonhar e recriar um mundo imaginário diferente e rico em fantasias.

São ações educativas como essas com práticas pedagógicas diferenciadas, que possibilitam a motivação e o estímulo nas crianças, proporcionando a capacidade de sonhar e recriar um mundo imaginário diferente e rico em fantasias. Um universo de estímulos relacionados ao potencial ativo, existente em cada criança ou adolescente que ali estavam.

Durante as observações também tivemos oportunidade de conhecer atividades realizadas que o CRF-CAE desenvolve no seu processo de trabalho como mostra a figura 22 com o atendimento especializado. Essa atividade se deu de forma no Atendimento Educacional Especializado (AEE), com atividade de metodologia pedagógica especializada, na qual elimina as barreiras que os alunos apresentam para a plena participação dos mesmos, considerando suas necessidades especiais. Também ilustra uma atividade de atendimento especializado em psicopedagogia, num momento de aprendizado utilizando a informática

como ferramenta em potencial de ensino direcionando o aluno em suas tarefas de pesquisa em leitura e escrita.

Figura 22 - Atendimento - AEE e Psicopedagogia



Fonte: própria autora

No tocante a observação dessa prática, constata-se que um atendimento dessa natureza não se caracteriza como uma ação educativa, mas sim como um atendimento especializado com direcionamento pedagógico mais específico, porém busca objetivar através da metodologia de ensino, uma junção de momentos teóricos individualizados com momentos de troca de interação nas atividades coletivas proporcionadas aos alunos. O que possivelmente garante a absorção dos conhecimentos adquiridos, sendo levados à prática de maneira lúdica e funcional.

De forma paralela às ações educativas associadas aos projetos e atividades realizadas pelo CRF, o atendimento do CRF-CAE constitui a atuação de mais importância e relevante para o atual desenvolvimento da criança e do adolescente no assentamento de “Dona Helena” e regiões no município de Cruz do Espírito Santo. Segundo às demandas que foram surgindo ao longo dos anos, as atividades inclinaram-se para esse tipo de atendimento especializado, culminando num processo pedagógico de metodologia que alterna muito bem entre atividades de salas de aula e atividades externas na proposição de construir conhecimento e sociabilidade entre as crianças e adolescentes que são assistidos pelo centro.

3.3. As ações do CRF a partir do olhar dos sujeitos da pesquisa

Na pesquisa empírica foram realizadas entrevistas semiestruturadas com dois profissionais pedagogos, o padre idealizador do projeto e um dos coordenadores do CRF, envolvidos de forma direta nas ações e atividades educativas que o centro oferece, buscando

analisar às ações na perspectiva da Educação do Campo para a formação cidadã de crianças e jovens do campo.

Em seguida, foi realizada a aplicação de questionários de perguntas abertas com um jovem participante dos cursos iniciais do CRF e famílias de duas crianças atendidas pelo CRF-CAE. Para tanto, após uma conversa previamente esclarecida a respeito do roteiro elaborado, a entrevista se deu de forma individual com cada participante, no intuito de alcançar através da fala dos entrevistados(a)s, as experiências vivenciadas por ambos no tocante ao tema proposto.

Os participantes responderam de forma livre e colaborativa, segundo os objetivos apresentados na pesquisa em concordância quanto à apreensão das informações a serem utilizadas unicamente para fins acadêmicos. O que estabeleceu uma pronta relação de parceria e credibilidade entre as partes integradas, entrevistador(a) e entrevistados.

O primeiro entrevistado, Gabriele Giacomelli, respondeu sobre a sua trajetória e suas motivações, é padre, de origem italiana, tem 60 anos e foi um dos idealizadores do projeto de criação do CRF no município de Cruz do Espírito Santo. Formado em pedagogia pela universidade de Verona na Itália, veio ao Brasil com o objetivo de conhecer a pedagogia brasileira num acordo de colaboração pela diocese de Verona com a diocese de Bayeux-PB, se inscreveu no mestrado em Educação Popular e através da pastoral universitária, se envolveu em atividades de campo onde em 2001 conheceu Cruz do Espírito Santo.

Respondendo sobre a idealização do CRF, o mesmo, diz que tudo começou em conjunto, ele acompanhado de uma socióloga e demais apoiadores através de um projeto piloto da Universidade Federal da Paraíba junto ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, de Cruz do Espírito Santo, no qual estava amadurecendo a ideia de construir um projeto de formação de jovens de assentamentos rurais, onde foi criado o CRF. Em 2002 usaram um casarão no assentamento de Canudos no mesmo município, onde deu início uma alternância de formação cidadã com questões filosóficas e outra mais específica com os técnicos agrícolas de aprendizagem para o trabalho rural. Alcançaram cerca de mais de duzentos jovens que chegavam a cada quinze dias nas sextas-feiras à tarde e saíam no final da tarde de domingo.

A proposta enfatizava um trabalho de agregação dos jovens a uma identidade de formação específica do campo, como sujeitos que se imaginam pertencentes aos seus espaços, na perspectiva da agricultura familiar em continuidade ao trabalho dos pais.

O seguimento das ações e atividades educativas ganhou uma maior proporção ao migrar para o assentamento Dona Helena, que já estava fortalecido com a participação mais

efetiva dos jovens no processo de agregação aos cursos. Quando perguntado sobre as demandas e desafios, o padre ressalta a predominância da fraqueza escolar, iniciando um trabalho de apoio às professoras das escolas do município, percebendo também uma grande incidência de crianças com deficiência, identificadas como demanda indireta, conforme a fala do entrevistado:

[...] apareceram muitas crianças com deficiência, demandas indiretas, identificadas nas pesquisas de campo, visita às famílias, percebe-se que as dificuldades são mais específicas, você percebe que não é só ter boa vontade, você têm também de ter qualificações, uma ou duas professoras, uma psicopedagoga, uma psicóloga e depois aparecem oportunidade de montar projetos com financiamentos e veio se estruturando o centro como é agora, como um centro de atendimento especializado para crianças com dificuldades e com deficiência (ENTREVISTADO I, Padre, 2017).

Para tanto, garantir uma formação dessa natureza necessitava um apoio financeiro mais articulado, chegando a um projeto de uma ONG que foi aprovado através de investimentos da fundação italiana SAN ZENO num acordo de parceria e sociedade, contribuindo para a criação em 2002, do CRF-CAE Centro de Atendimento Especializado, que hoje atende cerca de noventa crianças e adolescentes com deficiências e dificuldades de aprendizagem.

Quanto aos objetivos e o conceito que o CRF adota, o entrevistado claramente pontuou que o centro nunca ficou preso a uma única política ideológica, mas que é fundamental trabalhar o respeito e o diálogo para com os sujeitos no caráter de formação cidadã, onde afirma:

[...] o CRF trabalha com jovens, o princípio fundamental é um respeito grande para com o sujeito com quem a gente dialoga, nunca trabalhar com os jovens com a ideia de forçar ele a ficar no campo, mas que se ele quisesse ficar, que ficasse e que tivesse melhores condições para ficar ou se quisesse sair do campo que pudesse sair com uma consciência cidadã o suficiente para pensar e decidir como donos de suas vidas (ENTREVISTADO I, Padre, 2017)

A fala do entrevistado nos remete às ideias de Paulo Freire (2008, p.123), quando diz que o diálogo é: “uma espécie de postura necessária, na medida em que os seres humanos se transformam cada vez mais em seres criticamente comunicativos. O diálogo é o momento em que os seres humanos se encontram para refletir sobre sua realidade tal como a fazem”.

Com efeito, a fala do entrevistado também nos remete a uma concepção de educação do campo baseada no diálogo, considerando uma formação de qualidade que respeita e se preocupa com a identidade dos sujeitos como sujeitos de direitos na construção da sua cidadania. Conforme Caldart (2004, p. 18) que diz, “a perspectiva da educação do campo é

exatamente a de educar este povo, estas pessoas que trabalham no campo, para que se articulem, se organizem e assumam a condição de sujeitos da direção de seu destino”.

Em se tratando das ações educativas que o CRF realiza, segundo o padre, inclui atividades para as crianças numa concepção pedagógica de favorecimento a uma dimensão lúdica de encantamento das coisas, que são instrumentos de culminância nos momentos de festas, comemorações e brincadeiras além do atendimento especializado com uma equipe multidisciplinar com serviços de psicopedagogia, psicologia, fonoaudiologia, fisioterapia, pedagogia e demais profissionais numa prática de educação inclusiva. O diálogo com os colégios, com as professoras, é sempre permanente, proporcionando aos alunos atividades no bosque, na horta, nos espaços abertos, como num dia com uma escola do assentamento de Canudos, relata um dia de atividades diferentes para as crianças, mas ressalta a dificuldade de se manter esse comprometimento e parceria de forma mais estável pela falta de interesse de outras escolas e pedagogos.

Lembra que em dez anos, tiveram contato com cerca de trezentos jovens, famílias de aproximadamente doze assentamentos de Cruz do Espírito Santo, de Sapé, assentamento Padre Higino, 21 de Abril, Rainha dos Anjos, Boa Vista, Maraú , num contato direto com as associações rurais, transportando os educadores e técnicos, desde 2008 mantendo um trabalho com centenas de crianças, com as famílias, mas que atualmente atende cerca de sessenta crianças com tipos de deficiência e vinte ou trinta crianças com dificuldades de aprendizagem. Demonstra a preocupação com o futuro dessas crianças, e se os conselhos realmente funcionam de acordo com o estatuto da pessoa com deficiência, numa tentativa constante de diálogo com o poder público, diante da realidade que surge:

[...] estamos correndo atrás de financiamento público, mas é difícil estamos fazendo o que deveria fazer o Estado na realidade, mas é difícil imaginar como o Estado irá garantir a mesma metodologia, a mesma perspectiva (ENTREVISTADO I, Padre, 2017).

Anualmente são realizados cursos de formação continuada para professores, tanto para os do próprio centro como para os professores das escolas das crianças atendidas pelo CRF-CAE, sempre na perspectiva de se manter o diálogo entre estes profissionais na tentativa de aprimorar o desenvolvimento de suas práticas pedagógicas.

Como contribuição do CRF para a formação dos sujeitos do campo e também para o profissional educador do campo, o entrevistado responde numa reflexão de que é difícil pensar uma educação do campo no sentido geral, são vários formatos, muito diferente um assentamento do Sul do Brasil com os assentamentos daqui. Reconhece o significado das

ações do CRF para a formação dos sujeitos do campo, mas expõe um sentimento de descrença em relação aos jovens da realidade atual, por não possuir os mesmos sonhos e objetivos de identidade com o campo, dos jovens que participaram das primeiras ações oferecidas pelo centro.

Atualmente, afirma que muitos assentamentos são postos a venda ou têm baixa produtividade e que há pouco estímulo dos jovens em participar por não terem mais a determinação de antes, das associações dos assentamentos se transformarem mais num espaço de poder político, sempre menos ligadas às características agrícolas e dos conselhos e sindicatos perderem a capacidade de diálogo específico sobre o campo. Isso retrocede o processo educativo de formação e produtividade opondo-se às considerações na qual afirma Arroyo (1999) “que os processos educativos passam pelo conjunto de experiências, de vivências que o ser humano tem ao longo de sua vida. E a experiência que marca a todos, é a experiência do trabalho, da produção, o ato produtivo que nos produz como pessoas”.

O padre, ao falar da contribuição para a formação do educador do campo, como um complemento à entrevista, o mesmo, reflete e questiona: quem é o educador do campo? Para Caldart (2004), entende-se que o educador do campo, seja “aquele cujo trabalho principal é o de fazer e o de pensar a formação humana, seja na escola, na família, na comunidade, no movimento social”, pois conforme expresso por Freire (2001), uma de nossas tarefas, como educadores e educadoras, é descobrir o que historicamente pode ser feito no sentido de contribuir para a transformação do mundo, de que resulte um mundo mais justo.

No entanto, na visão do entrevistado, não se tem mais um acompanhamento aos assentamentos rurais, a prefeitura não têm educadores que vão para o campo, as professoras da região que se formam têm boa vontade, mas pedagogicamente são muito frágeis, a igreja católica não tem mais a ideia de ter um cuidado e atenção para a realidade do campo, as universidades atuam apenas como pesquisa e não com o trabalho de extensão, afirma que o correto era como o projeto atuava quando foi criado que avaliava, refletia e buscava dar um retorno ao campo, e que o CRF tenta estar presente em vários conselhos, e que esses atuam apenas de forma administrativa e não mais como um movimento que estimule ações educativas. Porém, acredita que ainda tem pessoas no assentamento D. Helena comprometidas com a educação do campo:

[...]há uma politicagem que vai em todos os campos, mas também nem tudo é assim, têm pessoas que dentro desse quadro difícil, estão lutando, em D. Helena na realidade tem muitos adultos que tem um certo destaque nisso, além de que há uma tendência dos jovens que se sentem compromissados

dentro de uma perspectiva, acho que esse é o quadro (ENTREVISTADO I, Padre, 2017).

E quanto ao sentimento e sua contribuição de pedagogo pra os sujeitos do campo, o padre acredita que aprendeu muito com os coletivos, a forma correta de fazer filosofia da educação, que dava aula também disso e que a teoria é importante para manter a prática dialogando entre elas, que não é uma teoria que tenta definir as coisas, elas acontecem na vida sempre de forma muito híbridas, com uma certeza incerta de conciliar o ensino no campo com a prática, e perceber que uma coisa ajuda a outra. Considera válida sua contribuição deixada junto ao CRF, e que na volta para a Itália só levará saudades devido às coisas boas realizadas em Cruz do Espírito Santo.

Da entrevista com um dos coordenadores do CRF, Reginaldo Rafael, o mesmo tem 28 anos, é formado em filosofia pela faculdade de São Bento de Salvador - BA e atualmente reside no próprio prédio do centro, onde faz um breve relato de como o projeto começou lá no assentamento de Canudos, vindo para o assentamento D. Helena, contribuindo primeiramente com a restauração do prédio em ruínas da associação dos trabalhadores rurais e como as coisas foram se construindo através da intervenção do padre fundador do centro.

Começou com um trabalho de permanência dos jovens na terra, com uma resignificância palavra bastante usada para despertar nos jovens a permanecerem nos assentamentos e de ter conhecimento, porque segundo ele, só se ama aquilo que se conhece. Então em 2004, o entrevistado relata que os jovens começaram a manter presença e participar nos conselhos, na câmara dos vereadores para que os mesmos quando voltassem desses espaços pudessem atuar como protagonistas nos seus grupos, nas suas comunidades, no qual declara como experiência própria, ser um dos frutos dessa formação, em sua fala que reafirma:

[...] então foi aí que surgiu e eu especialmente entrei nesse período aí né, não fui um dos primeiros, mas também fui um daqueles que estava ali presente, de começar na participação, de receber toda essa formação (ENTREVISTADO II, Coordenador, 2017).

Quando perguntado das ações educativas, cursos ofertados pelo CRF, o mesmo diz que no início o centro realizava vários cursos para os jovens como: horticultura, caprinocultura, bovinocultura, atividades de reflorestamento, com adubos orgânicos, projeto criado em 2006 CUIDAR E RECREAR, realizava atividades lúdicas com as crianças, e com o tempo foi surgindo o trabalho com as crianças que apresentavam deficiência ou dificuldade de

aprendizagem, direcionando ao atendimento que atualmente é oferecido através do CAE – Centro de Atendimento Especializado.

O trabalho desenvolvido pelo CRF além do atendimento de educação inclusiva, também realiza cursos de formação continuada para as professoras do próprio centro e demais professores das escolas do município e regiões vizinhas como tentativa de aprimoramentos das práticas pedagógicas. E como extensão disso, a realização de seminário interno produzido pelos profissionais. Os pedagogos coordenadores do centro ainda mantêm a presença no território, nos conselhos municipais, nas cooperativas dos trabalhadores e associações dos trabalhadores rurais, ampliando o melhoramento burocrático, oferecendo cursos na parte de informática aos jovens trabalhadores, pois relata uma grande dificuldade que os mesmos têm em manusear os computadores no complemento de suas atividades.

Quanto à concepção de educação que o CRF adota, o coordenador afirma trabalhar com a pedagogia de Paulo Freire, quando enfatiza a questão de que se aprende brincando, que não é só ensinar, mas às crianças ao aprenderem também ensinam, envolvendo a maneira lúdica das coisas, em que reafirma nas suas palavras o teor de aprendizagens que o centro oferece:

[...] aqui é uma grande oficina que está sempre proporcionando aprendizagens mútuas que Paulo Freire também diz que se aprende com quem chega, que educa se educando, que o educador aprende com o outro, há uma ida e volta na formação humana... (ENTREVISTADO II, Coordenador, 2017).

O que remete claramente aos ensinamentos de Freire (1996, p. 25), quando enfatiza o processo de ensino-aprendizagem ser uma troca mútua “Não há docência sem discência, as duas se explicam, e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar, e quem aprende ensina ao aprender”.

Sobre os objetivos do centro, o entrevistado enfatiza que todos são capazes e que a educação inclusiva não era muito discutida em Cruz do Espírito Santo, só foi a partir do CRF que foram promovidos seminários envolvendo o município e os professores para a consolidação desse direito. Às famílias foram percebendo que teriam um espaço com esse tipo de formação cidadã e começaram a levar às crianças, pois eram pessoas reservadas, tidas como motivo de vergonha para a sociedade.

Relata que o CRF tem a filosofia “do fazer com”, que atualmente é um dos coordenadores e dessa maneira presta sua contribuição, sentindo-se corresponsável pelo local.

Para isso, promove mutirões a cada quarenta e cinco dias, onde os jovens são voluntários nos trabalhos de manutenção garantindo um espaço bem apresentável para receber às crianças.

Sobre o depoimento dos jovens ao longo desses anos todos, das ações e atividades desenvolvidas pelo CRF e as contribuições para com a formação dos jovens, dos sujeitos do campo, os que já passaram pelo centro, o que também trazem? O mesmo declara que, o CRF nunca formou para que os jovens atuassem dentro do centro, mas que formou pra serem protagonistas dos espaços na sociedade, que atuassem com responsabilidade nas suas localidades, não se deixando corromper pelos setores empresariais. Há vários jovens que se formaram em agroecologia e que prestam serviços na região, na coordenação de usinas de cana de açúcar e que só demonstram gratidão pela formação recebida, lembra das palavras do padre que diz:

[...] não é com que o CRF fez com que essas pessoas se tornassem assim, a formação que receberam do CRF fez foi cultivar e florescer dentro da pessoa aquilo que já existe de bom, que tem dentro dele não é algo de fora, que já tenha dentro (ENTREVISTADO II, Coordenador, 2017).

Na opinião do coordenador, existe um leque de professores nas escolas de Cruz do Espírito Santo, professores jovens organizados e comprometidos, tal como ele que por experiência própria passou pelos cursos de formação de jovens realizados pelo CRF, já lecionou como professor de filosofia na rede municipal de ensino e atualmente assume a coordenação do referido centro.

Perguntado sobre a formação do educador do campo, na visão de educador que pensa no futuro e na identidade desses sujeitos, quais às contribuições? O entrevistado declara que a maioria dos jovens formados são do próprio município e de áreas rurais e que quando chegam das universidades, já se preocupam com questões diversas, como a questão ambiental e de saúde em relação ao uso de agrotóxicos, então ressalta que não se tem apenas uma educação para saber ler e escrever, mas sim uma educação também em saúde e apoio mútuo entre as cooperativas, então há um leque imenso de organização de jovens que surgiram da formação dada pelo centro, do incentivo aos estudos, das questões das políticas públicas e de se firmarem enquanto sujeitos de direitos e futuros cidadãos.

Como acréscimo, relata que há pouco participara de um encontro em João Pessoa, em que agricultores rurais estavam contando suas histórias, da luta pela terra e que também estava presente, o frei Anastácio no qual enfatizara a importância de se registrar tais histórias, das lutas e conquistas, histórias bonitas que o povo têm e isso o tocou de um jeito que o fez lembrar da sua própria experiência, pois da mesma forma que há muitas dificuldades, também há muitas coisas boas e vitórias para contar.

No tocante às entrevistas com aplicação de questionário, participaram da entrevista duas famílias, pais de crianças que são atendidas pelo CRF - CAE, também um jovem que participou de um dos cursos oferecidos pelo centro.

O primeiro entrevistado² chama-se João Paulo, tem 32 anos, ensino médio completo, é natural da zona rural e possui uma pequena propriedade na qual utiliza o plantio de alguns alimentos para seu próprio consumo. Perguntado sobre sua participação no CRF, o mesmo diz ter feito um curso ainda no assentamento em Canudos no ano de 2002, participando de um outro curso em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), e também do curso “Cio da Terra” em 2006, afirmando nunca ter perdido sua identidade com o CRF.

Quando perguntado sobre o que aprendeu de sua participação nos cursos do CRF, o mesmo afirma ter aprendido muito com a formação cidadã e vida pública, no qual diz sempre ter gostado de ações sociais em que o projeto o fez desenvolver ainda mais essa vontade, e respondendo a outra pergunta como contribuição desse aprendizado para a sua vida na formação escolar e profissional, o entrevistado revela ter perdido o medo de lutar pelos ideais coletivos e buscar o novo, o fazer diferente e ousar naquilo pelo qual acredita ser o bem comum.

Perguntado se exerce o que aprendeu no CRF em algum lugar, João responde participar da Associação da comunidade de Maraú em Sapé, afirma estar lotado na Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente também em Sapé, fazendo parte complementar do Conselho Fiscal no mesmo município. Sobre sua concepção de Educação do Campo. Relata que “Educação no campo, é incentivar e descobrir vocações que muitas vezes passa despercebidas em um colégio por exemplo, desenvolver técnicas, conhecer a terra, políticas públicas, etc”.

Ao responder sobre o que entende sobre cidadania, o entrevistado diz que cidadania é cumprir com o nosso direito de cidadão, que passa pelo respeito, igualdade e justiça, e completa ao responder sobre o que acredita ser importante para a sua formação, o mesmo diz que, “aprender e ensinar, são pilares para a formação de um cidadão, pois no momento em que você repassa conhecimento o ciclo de aprendizagem vai se ampliando e abrindo novos horizontes”.

Encerrando a entrevista e respondendo sobre sua perspectiva de vida, se tem objetivo de permanecer no campo, se sente-se feliz no campo ou se pensa em migrar para a cidade, o

² Por questões éticas, foram utilizados pseudônimos para designar os sujeitos da referida pesquisa.

mesmo revela ter objetivos junto aos amigos, de desenvolver ações coletivas, trabalhar novas ideias para melhorar a qualidade de vida no campo. O que faz evidenciar uma proposta clara de cidadania e desenvolvimento de atividades voltadas a população pertencente às áreas rurais, envolvendo à participação coletiva dos sujeitos que lutam por melhores condições de vida no campo.

Continuando às entrevistas, o segundo entrevistado chama-se Luís Antônio, padraсто de Maria Clara, uma das crianças atendida pelo CRF - CAE, tem 34 anos, natural da zona rural, é filho de agricultor, possuindo o ensino superior completo, onde atualmente preside uma cooperativa de agricultura familiar. Já sua enteada tem onze anos e cursa a 4ª série do fundamental I, também natural do campo, apresenta dificuldade de aprendizagem em leitura. Responde que a criança não necessita de transporte por morar vizinho ao CRF, é atendida de terça-feira à quinta-feira a cada quinze dias, sendo acompanhada também pela psicóloga do centro.

Ao responder sobre o que Maria Clara está aprendendo no CRF-CAE, o entrevistado responde que a mesma está aprendendo a ler e de maneira curiosa se interessa por leituras a respeito do ECA. Em relação ao aprendizado através do CRF-CAE, ao responder sobre o que mudou na formação da criança e que contribuição essa formação traz para a vida da garota, Luís Antônio relata que “A partir da convivência e os trabalhos realizados ela passou a compreender melhor os estudos como também os valores da vida”.

O entrevistado diz participar das reuniões realizadas pelo CRF-CAE, e quanto a sua concepção ou seu entendimento sobre Educação do Campo, o mesmo responde que a educação do campo é a junção do acadêmico com o conhecimento natural dos camponeses transformando numa só linguagem, em que tais conhecimentos são aprimorados em conjunto. Sobre a concepção de cidadania, responde que a cidadania são os direitos dos cidadãos, é ter a liberdade de se auto sustentar, entende que isso faz parte da liberdade de viver.

Quando perguntado sobre o que acha ser importante para a formação da criança, no caso a formação de Maria Clara, o entrevistado responde que a família é a base para um futuro promissor, enfatizando que isso ele tem primado sempre. Sobre sua perspectiva de vida no campo ou se pretende migrar para a cidade, o mesmo, responde prontamente em ficar no campo até os últimos dias de sua vida, pois afirma que é através do contato com a natureza que faz com que se sinta bem, é nela que busca o próprio sustento estando livre do contato com a poluição que tem na cidade, pois para ele o campo promove uma saúde mais prolongada estando em pleno contato com a natureza. Isso significa uma notória resistência por parte do entrevistado aos encantos costumeiros de vida feliz e saudável que a cidade como

zona urbana tende a oferecer às pessoas, mas que de forma paralela, existe no campo o entendimento e a satisfação de vida feliz, buscando através do trabalho com a agricultura familiar, a aproximação da natureza para maior qualidade de vida.

O terceiro e último entrevistado, chama-se José Carlos, tem 54 anos, possui ensino fundamental incompleto e é pai de Felipe Souza de 9 anos, que é atendido pelo CRF-CAE, ambos naturais da zona rural. Ao responder sobre sua relação com a terra, com a agricultura familiar, o mesmo diz ser filho da terra, produzindo de forma sustentável, respeitando os princípios da agroecologia e como agricultor que é, coloca em prática a agricultura familiar. Sobre a limitação do seu filho, responde que o mesmo apresenta dificuldade de aprendizagem na leitura e na escrita, e a forma como ele é atendido pelo CRF-CAE, se dar através de uma equipe pedagógica durante três vezes na semana de terça-feira à quinta-feira no período de 13hs às 16hs, com transporte próprio.

Quando perguntado sobre o que seu filho está aprendendo no CRF-CAE, responde que Felipe Souza tem aprendido muito através do reforço pedagógico diversificado, sobre relacionamento pessoal, envolvendo atividades de arte, pintura, meio ambiente, como ensino de português, matemática entre outros. Ao responder sobre o que mudou na formação do menino, afirma que o filho desenvolveu mais a atitude pessoal ficando mais ativo, tendo iniciativa pessoal, principalmente apresentando melhor rendimento em relação a leitura e a escrita. Da sua participação como pai junto ao CRF, o mesmo, diz ter boa relação com o CRF, ele e a esposa, fazendo parte inclusive da Associação dos Trabalhadores Rurais, vinculado ao centro.

No tocante ao entendimento por Educação do Campo, que concepção tem sobre, o entrevistado responde ser uma das primeiras bases do cidadão, pois associa essa concepção ao uso da terra, utilizando-a como modo de vida, seja no campo ou na cidade. Em sua concepção de cidadania, afirma: “Somos filhos de Deus e temos a responsabilidade de construir uma boa sociedade justa e igualitária de acordo com direitos e deveres”.

Quanto a questão do que acredita ser importante para a formação do seu filho, José Carlos responde que o mesmo a partir da formação do CRF será um bom cidadão e dará continuidade a construção de uma boa sociedade, e para finalizar, respondendo em relação a perspectiva de vida no campo ou se pretende migrar para a cidade, o mesmo declara,

Continuar na defesa do meio ambiente produzindo de forma agroecológica e viver até o final da minha vida convivendo com a terra. Se o campo não planta a cidade não janta”. O que reforça a ideia de que no campo ou na cidade temos que caminhar juntos (ENTREVISTADO III, 2017).

Diante do exposto, percebe-se que o CRF apoia-se na metodologia da alternância onde realizou inicialmente, um trabalho com momentos técnicos de formação agrícola e momentos teóricos com formação cidadã, o que tornou possível a formação de muitos jovens de áreas rurais dando oportunidade aos mesmos de participarem de forma ativa na sociedade onde atualmente estão inseridos nos seus processos de trabalho no campo, em que expressam pelo CRF uma eterna gratidão. Já o atendimento com a educação inclusiva, evidencia uma prática pedagógica voltada para o desenvolvimento de diversas ações educativas funcionais na perspectiva de assegurar os direitos constituintes, em busca do exercício pleno da cidadania, configurando dessa forma, uma atuação mais específica pautada na relação de garantia dos direitos humanos às crianças e adolescentes atendidos pelo CRF-CAE.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve por objetivo, identificar a contribuição do CRF na educação de crianças e jovens beneficiados pela instituição, buscando identificar quais as ações educativas, e os elementos de Educação do Campo no desenvolvimento de suas práticas, quais são as demandas e desafios apresentados, os métodos utilizados como resultado das ações e o conceito de educação que é adotado pela instituição.

Apoiado na metodologia qualitativa, o trabalho teve seu desenvolvimento por meio de observações realizadas, algumas entrevistas semiestruturadas gravadas e transcritas, e a aplicação de questionários, no qual proporcionou o contato direto com diferentes práticas pedagógicas e depoimentos surpreendentes ao longo deste trabalho.

Partindo dos objetivos norteadores desta pesquisa, inferiu-se que o CRF a partir dos seus projetos iniciais, apoiava-se consideravelmente numa proposta de trabalho de campo mais territorial, em contato direto com os jovens filhos de agricultores rurais, em constante diálogo com as famílias e também presente nos Conselhos Municipais de Cruz do Espírito Santo, o que aproximou a instituição mesmo sendo uma ONG, das políticas públicas.

Observou-se que as ações educativas do CRF e o atual CRF-CAE têm sim respondido à realidade do campo e de maneira clara, aponta elementos da Educação do Campo inseridos nos seus projetos. A instituição ainda se faz presente nos Conselhos Municipais, buscando alternativas de apoio nos processos educativos para a realização das mesmas, sem perder de vista a esperança de melhores atuações das instituições públicas.

Os cursos de formação continuada para professores, assim como os seminários realizados, apresentam um relevante método estratégico de reflexão e aprimoramento das práticas pedagógicas se fazendo presente como ação educativa, contribuindo essencialmente no dia a dia dos educadores do campo refletindo na qualidade de formação dos educandos.

Os projetos ao longo dos anos foram direcionando-se a metodologia de educação inclusiva, utilizando o Lúdico Pedagógico como o encantamento das coisas, pois as demandas identificadas surgem dos planejamentos realizados dentro das necessidades reais apresentadas pelas famílias e as atividades desenvolvidas tem melhorado de forma considerável a parte da leitura e escrita das crianças e adolescentes, o entendimento da matemática e a atitude social como também a atuação participativa de criação presente nas apresentações.

Portanto concluiu-se (para esta pesquisa que), a contribuição do CRF através das ações educativas que são realizadas, têm aumentado a inclusão de jovens que participaram dos cursos iniciais conquistarem seus espaços nos setores agrícolas e do campo em geral, como

também as propostas de formação para a cidadania têm permanecido viva mediante a atuação dos mesmos na sociedade, preservando uma condição ética e de caráter nas relações humanas. As crianças e adolescentes têm se mostrado mais atuante e beneficiadas com uma formação que lhes proporcionam um despertar para aprenderem de maneira lúdica, com igualdade em respeito a suas diferenças.

Com efeito, observa-se que o CRF ainda busca permanência nos Conselhos Municipais e apoio das instituições públicas, porém sem nenhum êxito, o que revela um extremo inconformismo por parte de seus idealizadores, que os projetos de extensão das universidades são necessários à percepção da realidade existente no campo para assim melhor reconhecerem as práticas da Educação do Campo, e que o trabalho com educação inclusiva, fortalece e não fere os direitos que ainda estão na constituição de 1988 do nosso país, mas que só é colocado em prática por pessoas que realmente apresentam uma vocação para o ofício de educador, em especial o educador do campo comprometido com tamanha luta.

Diante do exposto, percebe-se que a concepção de campo no processo que se insere a educação do campo na esfera atual, e o seu desenvolvimento, é marcado por um tempo de transformações sociais que muito se vincula a força emergencial de mudanças fundamentais para a educação da população campesina. A Educação do Campo como parte desse processo, obtêm certos avanços em ações educativas que se aproxima mais da realidade dos seus sujeitos, buscando abertura para novos projetos que impulsionem essa prática em movimento.

5. REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **A educação básica e o movimento social do campo**. In: ARROYO, Miguel G.; CALDART, Roseli S. MOLINA, Mônica C. (Orgs.). *Por uma Educação do Campo*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p. Disponível em: <https://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_205_.asp> Acesso em: 08 de out. 2017.

_____. Ministério da Educação e Cultura – MEC. **Relatório de Gestão da SECAD – 2004**. Brasília - DF Fevereiro 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=18641-secadi-relatorio-gestao-mec-2004-pdf&Itemid=30192> Acesso em 05 de out. 2017.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB**. LEI Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 – LDB. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.> Acesso em: 08 de out. 2017.

_____. **MEC. Ministério da Educação**. Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (**Procampo**) - **Saiba mais**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/tv-mec/programa-de-apoio-a-formacao-superior-em-licenciatura-em-educacao-do-campo-procampo>> Acesso em: 23 de setembro de 2017.

BATISTA, Maria do Socorro Xavier. **Educação do Campo Popular e Movimentos sociais: aspectos multidimensionais na construção do saber**. Editora Universitária da Paraíba da UFPB. 2008.

BRANDÃO, C. Rodrigues. **O que é Educação**. São Paulo: Abril; Cultura; Brasiliense, 1985.

BRANDÃO, C. Rodrigues. *A educação popular na escola cidadã*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

CALDART, Roseli Salete. PEREIRA, Isabel Brasil. ALENTEJANO, Paulo. FRIGOTTO Gaudêncio. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CALDART, Roseli Salete. **Sobre educação do campo**. III Seminário do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), Luziânia/GO, de 2 a 5 de outubro de 2007 Disponível em: <http://www.ce.ufes.br/educacaodocampo/down/cdrom1/pdf/ii_03.pdf>. Acesso em: 13 Agosto. 2017..

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Por uma educação do campo**. In: VV.AA. A educação básica e o movimento social do campo. Brasília: UnB, 53-70, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 11 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FREIRE, Paulo. **Medo e ousadia**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2008. Disponível em: <<http://forumeja.org.br/files/MedoeOusadia.pdf>> Acesso em 05 de out. 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 31. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001. 184 p. Disponível em: <<http://files.portalconscienciapolitica.com.br/200000081-ed3e5ee3d0/Pedagogia%20do%20Oprimido.pdf>> Acesso em 05 de out. 2017.

KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete. **Educação do Campo: identidade e políticas públicas**. Brasília, DF: articulação nacional Por Uma Educação do Campo, 2002. Coleção Por Uma Educação do Campo, n.º 4.

LOPES, José Rogério. **Terceiro setor: a organização das políticas sociais e a nova esfera pública**. São Paulo Perspec. [online]. 2004, vol.18, n.3, pp. 57-66.

MACHADO, Carmem Lúcia Bezerra; CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares; PALUDO, Conceição. **Teoria e prática da educação do campo: análises de experiências**. Brasília: MDA, 2008. 236 p.: il.; 23 cm. -- (NEAD Experiências).

MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo. **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional "Por Uma Educação do Campo, 2004. Coleção Por Uma Educação do Campo, nº5.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. **Políticas Públicas e uma Outra Cidadania Possível? O fim da longa noite escura da Educação do Campo**. Disponível em: <<http://www.simposioestadopoliticas.ufu.br/imagens/anais/pdf/EC39.pdf>> Acesso em 05 de out. 2017.

NASCIMENTO, Rafael Reginaldo. (Org.). **Retalhos de nossa história, bonitas vitórias que meu povo tem**. Trabalhadores de Assentamento Dona Helena contam a sua história. João Pessoa: Sal da Terra, 2016.

SANTOS, Ramofly Bicalho; RICHARD, David. **O Movimento dos Pequenos Agricultores na interface entre agricultura familiar e educação do campo.** Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/campo/article/view/2716/11864>> Acesso em 05 de out. 2017.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1992.

6. ANEXOS

CARTA DE ANUÊNCIA PARA AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Ilmo Sr. Rafael Reginaldo do Nascimento
 Ilma Sr^a. Antônia Batista da Silva

Solicitamos autorização institucional para realização da pesquisa intitulada: **AÇÕES EDUCATIVAS DO CENTRO RURAL DE FORMAÇÃO: UMA CONTRIBUIÇÃO NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO PARA A FORMAÇÃO CIDADÃ DE CRIANÇAS E JOVENS NA ZONA RURAL DE CRUZ DO ESPÍRITO SANTO** a ser realizada na **Associação Centro Rural de Formação**- Cruz do Espírito Santo, PB, pela Discente Gittana Pessoa de Oliveira, aluna do curso de Pedagogia – Educação do Campo da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, compondo o(s) seguinte(s) objetivo(s): Identificar a Contribuição do Centro Rural de Formação na Educação de Crianças e Jovens beneficiada(o)s pela Instituição. Específicos: Identificar quais são as ações educativas do Centro Rural de Formação e os elementos de Educação do Campo no desenvolvimento de suas práticas; Verificar quais as demandas e os desafios identificados pelo Centro Rural de Formação, e os métodos utilizados como resultado dessas ações; Identificar a concepção de educação que o Centro Rural de Formação adota, e como isso influencia nas ações educativas que são oferecidas.

Para tanto, necessitando ter acesso às dependências do Centro Rural de Formação, bem como aos profissionais para atividades de observação e entrevistas objetivando colher os dados para esta pesquisa. Ao mesmo tempo, pedimos autorização para que o nome desta instituição possa constar no relatório final bem como em futuras publicações na forma de artigo científico.

Ressaltamos que os dados coletados serão mantidos em absoluto sigilo de acordo com a Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS/MS) 466/12, que trata da Pesquisa envolvendo Seres Humanos. Salientamos ainda que tais dados sejam utilizados tão somente para realização deste estudo.

Na certeza de contarmos com a colaboração e empenho destas coordenações, agradecemos antecipadamente a atenção, ficando à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessário.

Cruz do Espírito Santo, 16 de Junho de 2017.

Maria do Socorro Xavier Batista
 Dr(a) Maria do Socorro Xavier Batista
 Prof^a. Orientadora da Pesquisa

Concordamos com a solicitação

Não concordamos com a solicitação

Rafael Reginaldo do Nascimento
 Coordenador Rafael Reginaldo do Nascimento
 Associação Centro Rural de Formação
 (CARIMBO)

Antônia Batista da Silva
 Coordenadora Antônia Batista da Silva
 CAE – Centro de Atendimento Especializado
 (CARIMBO)

Rafael Reginaldo do Nascimento
 Coordenador Geral ACRF

ASSOCIAÇÃO CRF
 Centro Rural de Formação
 Assentamento Dona Helena, s/n
 Zona Rural, 58.337-000
 Cruz do Espírito Santo / PB - Brasil
 Tel. (0055) 83.3254.1519
 CNPJ: 08.397.211/0001-50

Antonia Batista da Silva
 Coordenadora do CRF CAE
 Cruz do Espírito Santo-PB

Roteiro de Entrevistas

Entrevista realizada com o idealizador do projeto, padre Gabriele Giacomelli.

- 1) Fale um pouco sobre sua trajetória de vida, qual sua formação e o que o motivou até aqui?
- 2) Quais foram os idealizadores do projeto de criação do CRF?
- 3) De que forma eram realizadas as ações educativas do CRF?
- 4) Quais foram e quais são as demandas e os desafios identificados pelo CRF?
- 5) Quais os financiadores do CRF-CAE?
- 6) Qual o objetivo do centro e qual o conceito de educação que o CRF adota?
- 7) Quais as ações educativas desenvolvidas e para quem são oferecidas?
- 8) Qual a equipe de profissionais que atuam no CRF-CAE?
- 9) Quais as contribuições das ações oferecidas pelo CRF para a formação de crianças e jovens do campo, e também para o educador do campo?
- 10) Qual a contribuição como pedagogo para os sujeitos do campo, e o que leva da experiência de trabalhar com a Educação do Campo, no retorno à Itália seu país de origem?

Entrevista realizada com o Coordenador do CRF Reginaldo Rafael.

- 1) Qual sua formação e de que forma realizou-se a criação do CRF?
- 2) De que forma eram realizadas as ações educativas do CRF?
- 3) Qual sua participação nos cursos realizados pelo CRF?
- 4) Quais as ações educativas desenvolvidas e para quem são oferecidas?
- 5) Quais foram e quais são as demandas e os desafios identificados pelo CRF?
- 6) Quais os financiadores do CRF-CAE?
- 7) Qual o objetivo do centro e qual o conceito de educação que o CRF adota?
- 8) Em relação às famílias das crianças e jovens beneficiados pelo CRF, como se deu o processo de educação inclusiva?
- 9) Quais as contribuições das ações oferecidas pelo CRF para a formação de crianças e jovens do campo?
- 10) Qual a atuação dos jovens e o depoimento dos mesmos em relação às ações educativas do CRF?

QUESTIONÁRIO 1

Questionário aplicado com um jovem participante das ações do CRF.

- 1) Qual seu nome e sua idade?
- 2) Você é natural da zona rural?
- 3) Qual seu grau de escolaridade?
- 4) Qual sua relação com a terra, com a agricultura familiar?
- 5) Quando e como foi sua participação ou se participa das ações educativas do Centro Rural de Formação (CRF)?
- 6) O que você aprendeu ou está aprendendo ao participar de uma ou mais ações oferecidas pelo CRF?
- 7) A partir desse aprendizado, o que mudou na sua formação, que contribuição essa participação trouxe para a sua vida escolar e profissional?
- 8) Você exerce o que aprendeu em algum lugar, se sim, onde?
- 9) Qual sua concepção ou o que você entende por Educação do Campo?
- 10) Qual sua concepção ou o que você entende sobre cidadania?
- 11) O que você acredita ser importante para a sua formação?
- 12) Fale sobre sua perspectiva de vida, se tem objetivo de permanecer no campo, se sente-se feliz no campo, ou se pretende migrar para a cidade. Por que?

Questionário 2

Questionário aplicado com a família de duas crianças que são atendidas pelo CRF CAE.

- 1) Qual o nome do(a) seu/sua filho(a) e a idade?
- 2) À família é natural da zona rural?
- 3) Qual o seu grau de escolaridade e do(a) seu/sua filho(a)?
- 4) Qual sua relação com a terra, com a agricultura familiar?
- 5) Qual a limitação que seu/sua filho(a) possui? Que dificuldade de aprendizagem ou que tipo(s) de deficiência(s) ele/ela possui?
- 6) De que forma seu/sua filho(a) é atendido(a) pelo Centro Rural de Formação - Centro de atendimento Especializado (CRF - CAE)?
- 7) O que seu/sua filho(a) está aprendendo através do atendimento realizado pelo CRF?
- 8) A partir desse aprendizado, o que mudou na formação do(a) seu/sua filho(a), que contribuição essa formação traz para a vida do(a) seu/sua filho(a)?
- 9) Qual sua participação como pai/mãe junto ao CRF?
- 10) Qual sua concepção ou o que você entende por Educação do Campo?
- 11) Qual sua concepção ou o que você entende sobre cidadania?
- 12) O que você acredita ser importante para a formação do(a) seu/sua filho(a)?
- 13) Fale sobre sua perspectiva de vida, se tem objetivo de permanecer no campo, se sente-se feliz no campo, ou se pretende migrar para a cidade. Por que?